**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Caroline Menegon Albino

Glossário ilustrado de espécies e tipos documentais da construção civil

Versão corrigida

**São Paulo
2021**

Caroline Menegon Albino

Glossário ilustrado de espécies e tipos documentais da construção civil

Dissertação apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social.

Área de Concentração: História Social

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Ana Maria de Almeida Camargo

De acordo

Versão Corrigida

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A335g Albino, Caroline
Glossário ilustrado de espécies e tipos
documentais da construção civil / Caroline Albino;
orientadora Ana Maria Camargo - São Paulo, 2021.
167 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Social.

1. Arquivologia. 2. Arquitetura. 3. Tipologia
Documental. 4. Glossário. 5. Arquivos de obras. I.
Camargo, Ana Maria, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Caroline Menegon Albino

Data da defesa: 06/05/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Ana Maria de Almeida Camargo

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 05/07/2021

(Assinatura do (a) orientador (a))

ALBINO, Caroline Menegon. **Glossário ilustrado de espécies e tipos documentais da construção civil.** Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em História Social.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

Presidente da banca: Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo

Banca Examinadora

Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*À minha família, pelo apoio constante e
companhia na caminhada.*

AGRADECIMENTOS

Escrever este trabalho não foi, de maneira alguma, um esforço individual. Fico muito lisonjeada de ter contado com o apoio de muitas pessoas, de diferentes maneiras durante essa jornada.

Primeiro, gostaria de agradecer à professora Ana Maria de Almeida Camargo por me guiar, com sua imensa generosidade, nesse árduo caminho que é a pesquisa. Agradeço pela confiança e pelo apoio nas decisões pessoais e profissionais tomadas no desenvolvimento dessa dissertação.

Agradeço, também, à Silvana Goulart que contribuiu grandemente com a minha introdução e aprofundamento na arquivologia, me dando a oportunidade profissional de me aproximar desse campo e encontrar meu objeto de pesquisa.

Aos colegas que cruzaram meu caminho e me auxiliaram de maneiras variadas na graduação e na vida profissional, especialmente Mariana Visone, Veronica Fernandes, João Carlos Cândido, Laura Mollo e Gabrielle Momesso, pelas experiências trocadas profissional e pessoalmente. Obrigada pelo carinho, pelas discussões sobre o projeto, pelas revisões e apontamentos que enriqueceram essa pesquisa.

Meu especial agradecimento às professoras Johanna Wilhelmina Smit e Monica Cristina Brunini Frandi Ferreira pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

À Monica, agradeço de maneira especial por abrir as portas do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteado". Sem sua colaboração e da equipe do arquivo, em especial da Talita, coordenadora do Arquivo Permanente, esse glossário não teria as ilustrações dos projetos legais que o engrandeceram.

Ainda falando sobre as imagens dos verbetes, agradeço ao arquiteto Fábio Xavier e aos escritórios de arquitetura e urbanismo Kseib Suniga Arquitetos Associados e Estúdio+1, que gentilmente cederam as figuras das espécies e tipos documentais que compõem as demais etapas de projeto.

Agradeço aos meus pais, Eduardo e Eliane, que sempre apoiaram as minhas decisões e me deram a base para que elas se tornassem realidade. Aos meus irmãos, Daniele e Enzo, obrigada pelo aprendizado e companheirismo. Tenho muito orgulho de vocês!

E por fim, agradeço ao meu companheiro de caminhada, Fábio. Obrigada pelo incentivo, compreensão, apoio, revisões e muita paciência. Você foi imprescindível para a conclusão deste trabalho.

*“[...] Dicionário, não és tumba,
sepulcro, caixão,
túmulo, mausoléu,
és senão preservação,
fogo escondido,
plantação de rubis,
perpetuação viva
da essência,
celeiro do idioma [...]”.*

*Ode ao Dicionário –
Pablo Neruda*

RESUMO

ALBINO, Caroline Menegon. *Glossário ilustrado de espécies e tipos documentais da construção civil*. 167p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

No processo de arranjo e descrição de arquivos, é imprescindível que os documentos sejam identificados a partir de determinadas características formais que os distinguem uns dos outros. A configuração que assumem as informações neles contidas, obediente a estruturas e fórmulas impostas pela tradição ou por normas juridicamente estabelecidas, determina a espécie e o tipo dos documentos que, nas sociedades complexas, cumprem o duplo papel de viabilizar um sem número de atividades e, a posteriori, comprová-las. Este trabalho tem por objeto a documentação gerada no âmbito da construção civil, isto é, no processo de produção de casas, edifícios, pontes, barragens, estradas, aeroportos e outras obras de infraestrutura, mediante o concurso de engenheiros civis, arquitetos e técnicos de diferentes disciplinas. A perspectiva foi elaborar um glossário ilustrado de espécies e tipos documentais que possa subsidiar os profissionais da área e, ao mesmo tempo, orientar o trabalho de organização dos arquivos de órgãos públicos e privados.

Palavras-chave: Arquivologia; Tipologia documental; Glossário; Documentos da construção civil; Arquivo de obras particulares e públicas.

ABSTRACT

ALBINO, Caroline Menegon. *Construction records: an illustrated glossary*. 167p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

It is indispensable for the process of arrangement and description of documents that they are identified based on specific formal features which distinguish them from each other. The configuration the information in the documents acquire respecting structures and formulas imposed by tradition or law determines the species of document and record type which both facilitate countless activities and also prove them. This research work studies the records resulted from civil construction. In other words, the records generated by the process of building houses, barrages, bridges, highways, airports and other infrastructure projects carried out by civil engineers, architects and technicians from several fields. The objective of this work is producing an illustrated glossary of species of documents and record types which can support the construction professionals as well as guide organization of the public and private archives.

Keywords: Archival Science; Contemporary Diplomatic; Glossary; Construction documents; Public and private works archives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Exemplo de atividade desenvolvida no projeto ArqAventuras do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteado"	22
Figura 2 – Área Urbanizada de São Paulo em 1872	36
Figura 3 – Planta da Cidade de São Paulo em 1881	37
Figura 4 – Planta da Cidade de São Paulo em 1895	38
Figura 5 – Área Urbanizada de São Paulo entre 1882 e 1914	39
Figura 6 – Área Urbanizada de São Paulo entre 1915 e 1929	40
Figura 7 – Planta da cidade de São Paulo em 1924	41
Figura 8 – Área Urbanizada de São Paulo entre 1963 e 1992	42
Figura 9 – Área Urbanizada de São Paulo em 2017	43
Figura 10 – Ampliação de bancada	79
Figura 11 – Ampliação de portas e caixilhos	80
Figura 12 – Documento reproduzido através da cianotipia	86
Figura 13 – Capa do Código de Obras e Edificações ilustrado da cidade de São Paulo	87
Figura 14 – Cópia heliográfica	88
Figura 15 – Corte produzido manualmente	89
Figura 16 – Corte produzido por software	89
Figura 17 – Croqui de auditório na Praça dos Três Poderes	90
Figura 18 – Detalhe de piso	92
Figura 19 – Elevação produzida manualmente	93
Figura 20 – Elevação produzida por software	94
Figura 21 – Esboço do Centro de Convivência LBA	95

Figura 22 – Esquema de circulação	96
Figura 23 – Estudo volumétrico	98
Figura 24 – Levantamento arbóreo	101
Figura 25 – Levantamento planialtimétrico	102
Figura 26 – Lista de projeto	103
Figura 27 – Mapa das subprefeituras da cidade de São Paulo	104
Figura 28 – Mapa de zoneamento da subprefeitura de Cidade Ademar	105
Figura 29 – Mapa topográfico	106
Figura 30 – Maquete produzida por software de computador	107
Figura 31 – Maquete produzida manualmente	107
Figura 32 – Memorial descritivo	109
Figura 33 – Perfil longitudinal	111
Figura 34 – Perfil transversal	111
Figura 35 – Perspectiva produzida manualmente	112
Figura 36 – Perspectiva produzida por software de computador	113
Figura 37 – Planta produzida manualmente	114
Figura 38 – Planta produzida em software de computador	114
Figura 39 – Planta de acabamentos	115
Figura 40 – Planta de cobertura	116
Figura 41 – Planta de forro	117
Figura 42 – Planta de fundação	118
Figura 43 – Planta produzida manualmente	118
Figura 44 – Planta de implantação produzida com software de computador	119
Figura 45 – Planta de instalação elétrica	119
Figura 46 – Planta de layout	120

Figura 47 – Planta de loteamento	121
Figura 48 – Planta de paginação de pisos	122
Figura 49 – Planta de situação	123
Figura 50 – Planta estrutural	124
Figura 51 – Planta executiva	124
Figura 52 – Projeto de regularização	128
Figura 53 – Projeto legal produzido manualmente	129
Figura 54 – Projeto legal produzido em software de computador	130
Figura 55 – Projeto modificativo	131
Figura 56 – Quadro de áreas produzido manualmente	132
Figura 57 – Quadro de áreas produzido digitalmente	132
Figura 58 – Fragmento de um relatório de impacto de vizinhança	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Lista de Códigos de Posturas/Obras da cidade de São Paulo	35
Quadro 02 – Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos	56
Quadro 03 – Lista de termos remissivos	75

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1. A importância do controle de vocabulário	18
1.2. Documentos da construção civil como fonte de pesquisa	20
1.3. Tipologia documental: uma forma de organização dos arquivos de obras	25
1.4. Documentação arquitetônica: do tratamento à difusão	26
1.5. A dissertação	30
2. LEGISLAÇÃO E PRODUÇÃO DOCUMENTAL. UM ESTUDO DE CASO: SÃO PAULO	34
2.1. São Paulo: da vila à metrópole	35
2.2. Legislação edilícia paulistana	43
2.3. Balanço da legislação	54
3. GLOSSÁRIO ILUSTRADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL	55
3.1. Metodologia	55
3.2. Estrutura do glossário	72
3.3. Seleção dos termos	75
3.4. Verbetes	77
3.5. Índice por categorias	136
3.6. Lista de termos Espanhol-Português	140
3.7. Lista de termos Francês-português	141
3.8. Lista de termos Inglês-Português	142
3.9. Lista de termos Italiano-português	143

4. À GUISA DE CONCLUSÃO	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
Referência bibliográfica geral	147
Referência bibliográfica classificada	157
Arquitetura	157
Arquivologia e Ciência da Informação	158
Dicionários, glossários e manuais	162
Legislação e normas técnicas	164
Paleografia	166

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como base a Arquivística, que é a “disciplina – também conhecida como arquivologia – que tem por objeto o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 21).

Nosso objetivo primeiro foi criar um instrumento para subsidiar a organização de arquivos. Sabendo não ser possível, em um único trabalho, englobar a documentação produzida em diversas áreas do conhecimento, este trabalho tem por objeto os documentos gerados no âmbito da construção civil. Não pretendemos aqui discutir a produção arquitetônica de determinado período, destacar as mudanças estéticas que ocorreram nessa disciplina ao longo do tempo ou analisar a obra de determinado arquiteto. Nossa pesquisa se concentrará exclusivamente na produção documental, fruto de processos de elaboração, aprovação e/ou implantação de obras e edificações.

Essa dissertação busca preencher uma lacuna encontrada: a falta de um instrumento para guiar os diversos profissionais que lidam com os documentos gerados pela construção civil. Almejamos, assim, construir um glossário ilustrado de espécies e tipos documentais que possa subsidiar os profissionais da área na elaboração de controles de vocabulário (SMIT, 2018) e, ao mesmo tempo, orientar o trabalho de organização dos arquivos (correntes e permanentes) de arquitetos, engenheiros, urbanistas, construtoras e setores da administração encarregados de obras públicas e particulares.

1.1. A importância do controle de vocabulário

O controle de vocabulário oferece uma consistência na nomeação e uma explicitação (previsibilidade) acerca da nomeação adotada, incluindo dessa forma o usuário na qualidade de importante parceiro na consecução do objetivo do arquivo (SMIT, 2018, p. 54).

Identificar corretamente um documento é uma atividade importante tanto para o profissional que irá tratá-lo quanto para o pesquisador que o utilizará como fonte, pois uma vez identificados e classificados¹, torna-se viável a difusão destes documentos.

Para os documentalistas, a correta identificação é importante à medida que, ao fazer o controle de vocabulário, garante-se que informações correlatas contidas em diferentes documentos possam ser reunidas por meio dessa padronização. Devido ao grande volume de documentos, a identificação, na maior parte dos arquivos, é desenvolvida simultaneamente por diferentes profissionais. Sendo assim, só é possível usar a mesma nomenclatura seguindo o mesmo conjunto de regras.

É uma realidade, hoje, a falta de uniformização na identificação documental dos diferentes acervos. Esse problema é resultante, em grande parte, da ampla variedade de documentos que este profissional pode encontrar nos diferentes arquivos existentes, e que requerem domínio sobre o escopo teórico da área de abrangência do conjunto documental a ser tratado. Além disso, muitos arquivos acumulam um acervo reunido ao longo de diferentes períodos e que pode apresentar documentos e atividades geradoras similares, mas com nomenclaturas distintas. “As experiências ressaltam ainda uma

¹ Segundo Murguía (2010, p. 133): “uma disposição relacional, na qual, os objetos não ficam mais isolados na sua curiosidade, mas adquirem significação pelos vínculos que se querem mostrar na sua proximidade ou afastamento”.

questão muito própria dos arquivos permanentes, a saber, a diacronia na nomeação ou grafia de assuntos ou nomes próprios” (SMIT, 2018, p. 54). Conclui-se, assim, ser de extrema necessidade a confecção de glossários para as diferentes áreas do conhecimento e que possam subsidiar a construção de controles de vocabulário utilizados na organização dos arquivos e em sua difusão.

É importante destacar que sobre outras áreas do conhecimento já temos alguns trabalhos que fizeram o mesmo esforço que foi empreendido por nós no campo da construção civil. Destacamos aqui, o Dicionário ilustrado de conservação de documentos gráficos (BARBOSA, 2017), a tese Recortes de jornal: da prática social aos arquivos (CAMPOS, 2018) e o Dicionário de forma e reprodução de documentos (ANDRADE, 2019).

Para o usuário, contar com este instrumento de pesquisa também é imprescindível. Ao chegar ao arquivo, a tendência é que o pesquisador inicie sua busca a partir de seu próprio vocabulário, o que pode dificultar o acesso à informação. Segundo Smit e Kobashi (2003, p. 13): “O objetivo a ser alcançado pelos arquivos, por essa óptica, é sempre o da recuperação da informação: somente esse objetivo justifica os cuidados com o controle de vocabulário”. Sendo assim, podemos afirmar que, ao oferecer para o pesquisador um instrumento que apresente os vocábulos utilizados durante a identificação da documentação, amplia-se a possibilidade de ele obter o resultado desejado.

A terminologia estabelecida servirá também para alimentar instrumentos de pesquisa e oferecer ao pesquisador um repertório preciso do potencial informativo de cada espécie ou tipo documental, respeitando as normas da área

e propondo uma maneira de atender o usuário do arquivo aproximando-o da documentação.

Uma vez destacada a importância do controle de vocabulário, falemos agora sobre a relevância do recorte escolhido: documentos produzidos pela área da construção civil.

1.2. Documentos da construção civil como fonte de pesquisa

Um dos desafios atuais para as instituições que custodiam parcelas da memória da sociedade, nesse caso as instituições arquivísticas, é ampliar sua capacidade de atendimento a uma clientela cada vez mais diversificada de interessados em obter acesso aos acervos custodiados. Há uma crescente variação nos perfis de usuários, anteriormente formada quase que exclusivamente por historiadores. (ANDRADE, 2007, p. 72).

Refletindo sobre o recorte estabelecido para esse trabalho, acreditamos que o exposto no excerto se impõe como um desafio. Nos arquivos de obras existem demandas importantes de diferentes grupos da sociedade; destacamos aqui: o poder público, o “cidadão comum” e os pesquisadores de diferentes áreas - como historiadores, arquitetos e arquivistas.

Temos alguns exemplos da importância da organização de arquivos públicos e privados de obras registrados na imprensa. Um dos casos² mais recentes e de grande impacto para a cidade de São Paulo, recorte escolhido para essa pesquisa, ocorreu em 2018, quando um viaduto da pista expressa da marginal Pinheiros cedeu cerca de dois metros na madrugada do dia 15 de novembro.

² Para saber mais sobre o ocorrido ver: ZYLBERKAN, Mariana. Projeto de viaduto some, e prefeitura recorre a acervos e até a viúva de engenheiro. Folha de S. Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/projeto-de-viaduto-some-e-pre-feitura-recorre-a-acervos-e-ate-a-viuvade-engenheiro.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2019.

Por conta do acidente, a prefeitura recorreu aos arquivos do município, encontrou algumas informações, mas não os registros necessários para a reestruturação do viaduto. Segundo o secretário municipal de Obras, Vitor Aly (ZYLBERKAN, 2018), a administração não estava confiante em encontrar os documentos necessários, como o memorial de cálculo, fundamental para a regeneração do elevado.

Para resolver o impasse, a prefeitura buscou ainda obter essas informações em mais dois acervos pertencentes ao poder público, o da CPOS (Companhia Paulista de Obras e Serviços) e do DER (Departamento de Estradas e Rodagens) e em um arquivo privado, o do engenheiro Walter de Almeida Braga, todas as tentativas sem grande sucesso.

Essa situação explicita a importância de um arquivo de obras em seu sentido prático. Tanto o poder público quanto particulares podem necessitar das informações de construções já concluídas, e obter esses registros pode poupar tempo e trazer segurança para as modificações executadas.

Para além de seu propósito funcional, esse arquivo guarda também um grande potencial cultural.

Espera-se que os cidadãos comuns percebam o arquivo, notadamente o público, como um local de acesso à informação de interesse pessoal para a construção da identidade, exercício da cidadania e, até mesmo, para atender a curiosidades culturais” (ANDRADE, 2007, p. 72).

Existem hoje algumas iniciativas com a finalidade de explorar os acervos para a produção e difusão cultural e de conhecimentos. Tomaremos como exemplo duas, a primeira advinda da cidade escolhida por nós como foco de pesquisa, São Paulo, e, uma atividade educacional desenvolvida com crianças no arquivo público que nos forneceu a legislação legal, Rio Claro.

Primeiramente, a Jornada do Patrimônio, promovida pela Secretaria Municipal de Cultura da capital paulista, que trouxe em sua sexta edição, realizada em 2020³, o tema “Nossa cidade, nossas memórias”. Entendemos essa iniciativa como uma tentativa de aproximar os munícipes do potencial cultural dos arquivos, traçando relações entre os vestígios lá guardados e sua constituição cultural. Quando tratamos dessa iniciativa, colocamos no centro da discussão o patrimônio edificado e, conseqüentemente, os locais de custódia dos documentos que o formaram.

A segunda iniciativa diz respeito às atividades educacionais realizadas no Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadado". Segundo o site da instituição, “visitas pedagógicas fazem parte das atividades do Arquivo Municipal”⁴. Nessas incursões, as crianças se aproximam da documentação referente ao patrimônio edificado, como podemos observar na atividade reproduzida na Figura 1. Iniciativas nesse sentido podem contribuir para sua formação, à medida em que fortalecem a noção da importância da documentação e de suas instituições de custódia.

Figura 1: Exemplo de atividade desenvolvida no projeto ArqAventuras do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadado"

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadado". Disponível em: <https://www.aphrioclaro.sp.gov.br/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

³ Para mais informações sobre a Jornada ver: <https://www.jornadadopatrimonio.prefeitura.sp.gov.br/2020/>. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁴ Disponível em: <http://aphrioclaro.sp.gov.br/projeto-arqaventuras/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

O último grupo de usuários com interesse nesse *corpus* é o dos pesquisadores. Os registros da construção compõem um rico material de pesquisa para historiadores que se debruçam sobre a história da arquitetura⁵, para arquitetos que buscam entender os processos urbanísticos e arquitetônicos pelos quais passaram as cidades estudadas⁶ e também para estudiosos da arquivologia⁷.

Essa documentação abre um leque de oportunidades de pesquisas diferentes, isto porque, ao viabilizar as atividades para as quais foi criada – como permitir a construção e/ou reforma de residências e comércios – acabou por estabilizar esse conhecimento em um suporte material. Percebemos assim que os documentos arquivísticos oferecem o que Verne Harris (2001, p. 7) chamou de “cornucópia de significados”, ou seja, sua acessibilidade transcende os aspectos de sua criação; nesse sentido, os arquivos e seus documentos servem a múltiplas e diferentes comunidades de usuários.

A compreensão conceitual dos documentos como objetos de fronteira (YEO, 2010, p. 104) ressalta a importância de considerá-los como produtos que articulam diferentes aspectos sociais. Tomando como exemplo os documentos usados neste trabalho, podemos entender que os arquitetos podem consultá-los quando for necessário reformar alguma obra já executada, os arquivistas podem

⁵ Ver: ANDRADE, Francisco de Carvalho Dias de. **Uma poética da técnica**: a produção da arquitetura vernacular no Brasil. 2016. 1 recurso online (276 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/320977>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

⁶ Ver: FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. **Higiene e habitação**: o controle da atividade edificativa em Campinas: 1880-1934. Tese (Doutorado). São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

⁷ Ver: VIANA, Cláudio Muniz. **Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de arquivos de arquitetura**. Dissertação (Mestrado). Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, 2012.

utilizá-los para a discussão da gênese e desenvolvimento dos documentos de arquitetura e o proprietário os verá como registro de mudanças em seu imóvel.

Outra característica que está presente em documentos produzidos por diferentes áreas do conhecimento, mas que fica mais evidente na construção civil, é que vários tipos documentais podem cumprir a mesma função, complementando-se. O conjunto planta, corte e elevação, por exemplo, presente na maior parte dos projetos, é composto por tipologias distintas que, contendo cada qual informações próprias, concorrem para um único objetivo (YEO, 2010): representar como a edificação deve ser construída.

O conjunto destes documentos tem como objetivo primeiro viabilizar os diferentes processos que compõem o escopo da construção. Seus usos posteriores, no entanto, podem ser inúmeros. Desta maneira, é possível concluir que estes dispositivos (MURGUIA, 2010, p. 127) não são inertes, agem o tempo todo e de formas diferentes, nos diferentes contextos, com diferentes pessoas.

Por fim, é necessário destacar que, ao lidar com a documentação proveniente de uma ciência específica, é importante compreender seu arcabouço teórico e conhecer as regras que a permeiam (LATOUR; STOOLGAR, 1997)⁸; a partir desta visão interdisciplinar, é possível começar o trabalho de identificação e classificação dos documentos. Dito isso, apresentaremos agora nossa proposta metodológica para a organização deste tipo de documentação.

⁸ Este texto apresenta uma reflexão sobre a maneira de aproximar diferentes ciências.

1.3. Tipologia documental como forma de organização dos arquivos de obras

Quando tratamos da identificação como função arquivística, nos referimos ao estudo da tipologia documental que advém da diplomática, uma “disciplina que tem por objeto a estrutura formal e a **autenticidade** dos **documentos** (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 38)”. Os estudos da tipologia documental advêm de reflexões da diplomática contemporânea aplicadas aos estudos da gênese documental.

No que tange a metodologia empregada na construção desse glossário, propomos a identificação do tipo e da espécie como critério de organização dos arquivos.

Segundo Heloísa Bellotto (2008, p. 52), **tipo documental** pode ser definido como a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou. A espécie, segundo a mesma autora, é uma fórmula vazia, representativa da função ou competência de determinado organismo; o tipo resulta da atividade por ele desenvolvida. Em termos diplomáticos, a *actio* equivaleria à espécie e a *conscriptio*, ao tipo.

Este tema vem merecendo cada vez mais a atenção dos profissionais da área de arquivos e já conta com uma literatura significativa no Brasil. Em grande parte inspirada por autores de língua espanhola - Vicenta Cortés Alonso (1986), Manuel Vázquez Murillo (1987), Antonia Heredia Herrera (2006), Mariano García Ruipérez (2007) e o grupo de Trabajo de Archiveros Municipales de Madrid -, a análise tipológica dos documentos de arquivo ganhou terreno no

Brasil graças aos trabalhos de Heloísa Liberalli Bellotto (2002, 2006, 2008) e Ana Célia Rodrigues (2007, 2008, 2018).

O seminário *Dar nome aos documentos*, promovido pela Fundação Fernando Henrique Cardoso em 2013 e com anais publicados em 2015, enfatizou a relevância da tipologia na abordagem dos arquivos pessoais, reforçando a centralidade do tema e apontando a necessidade de padronização como requisito para o compartilhamento de bases de dados e outros mecanismos de acesso à informação.

Por fim, é relevante apontar que no Brasil alguns arquivos públicos e privados utilizam essa metodologia como forma de identificação e descrição de sua massa documental acumulada. Destacamos aqui o SAERJ (Sistema de Arquivos do Estado do Rio de Janeiro), o SAESP (Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo⁹) e todos os acervos resguardados pela Fundação Fernando Henrique Cardoso¹⁰, que abriga, entre outros, o acervo do ex-presidente do país.

1.4. Documentação arquitetônica: do tratamento à difusão

A documentação arquitetônica, como qualquer outro tipo de documentação, deve estar organizada para que a informação que ela contém seja facilmente recuperada, aumentando a possibilidade de sua difusão, sendo importante lembrar que só é possível produzir conhecimento a partir das

⁹ Ver: BERNARDES, Ieda Pimenta. (org.). **Aplicação do plano de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-meio**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 72 p.

¹⁰ Ver: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

informações que já estão disponíveis (LATOIR; STOOLGAR, 1997, p. 92). Algumas especificidades deste tipo de documento fazem com que seu tratamento, acondicionamento e conservação possuam peculiaridades, uma vez que parte relevante desta documentação possui grande formato.

Existem, hoje, alguns grupos de trabalho discutindo formas de tratar esta documentação, lidando com sua especificidade em todo o processo de tratamento arquivístico. Destacamos aqui a Seção de Arquivos de Arquitetura do Conselho Internacional de Arquivos – CIA (International Council on Archives – ICA), que publicou o *Manuel de Traitement des Archives D'Architecture XIXe-XXe Siècles*¹¹; o tesauro desenvolvido pelo *The Getty Research Institute*¹²; o Archives Nationales du Québec, com o seu *Guide de gestion des archives des bureaux d'architectes*¹³ e o Grupo de Trabalho de Arquivos e Fundos de Arquitetura vinculado à Associação de Arquivistas da Catalunha, cujos membros publicaram o livro *Los documentos de arquitectura y cartografía: que són y como se tratan*¹⁴.

Ademais, gostaríamos de destacar aqui o Sistema de Informação para o Patrimônio Arquitetônico em Portugal (SIPA)¹⁵, banco de dados que encontramos organizado em torno de edifícios, isto é, apresenta-se o edifício e sua ficha e, a partir daí, todos os documentos disponíveis sobre ele¹⁶. Além da

¹¹ CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. **Manuel de traitement des archives d'architecture: XIXe-XXe siècles**. Paris: Conseil international des Archives, 2000.

¹² É possível acessar o Tesauro em: <https://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/aat/>. Acesso em: 11 out. 2019.

¹³ ARCHIVES NATIONALES DU QUÉBEC. **Guide de gestion des archives des bureaux d'architectes**. Québec: Ordre des Architectes du Québec, 2005.

¹⁴ SIMON, Andreu Carrascal; TORT, Rosa Maria Gil. **Los documentos de arquitectura y cartografía: qué son y cómo se tratan**. Espanha: Ediciones Trea, 2007.

¹⁵ Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SitePageContent.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8. Acesso em: 16 maio 2019.

¹⁶ Para saber mais sobre o SIPA, ver: NOÉ, P. O SIPA – SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO – EM PORTUGAL. **Revista CPC**, n. esp21, p. 67-98, 29 jul. 2016.

reunião dos documentos que tiveram o mesmo contexto de produção, o SIPA organizará também o levantamento de todo o patrimônio arquitetônico português, conseguindo assim uma melhor política de preservação de edificações.

Segundo Noé (2016, p. 84), existe também

um tesouro com vocabulário estruturado sobre arquitetura, urbanismo, paisagem, território, documentação e áreas associadas, procurando assegurar a sua correta utilização, estando, contudo, atualmente inacessível à consulta por falta de atualizações informáticas.

É importante salientar também algumas iniciativas de tratamento dessa documentação no âmbito dos arquivos pessoais. Destacaremos aqui dois importantes nomes da arquitetura no Brasil: Lina Bo Bardi e Oscar Niemeyer.

O arquivo pessoal de Lina Bo Bardi está custodiado no Instituto Lina Bo e P.M. Bardi. A massa documental¹⁷ produzida e acumulada por Lina apresenta diferentes maneiras de organização. Enquanto os documentos textuais estão organizados através da identificação da tipologia documental, metodologia proposta nesse trabalho, a documentação iconográfica não apresenta a mesma opção metodológica.

Esses documentos, que têm como linguagem principal os símbolos, estão divididos em duas categorias, fotos e desenhos. Nessa última estão contidas inúmeras espécies e tipos documentais próprios da construção civil escondidos sob o mesmo guarda-chuva genérico: desenhos. Conseguimos durante a busca no arquivo recuperar esses registros através de descritores ou dos eventos que os geraram, o que em um primeiro momento pode parecer plenamente

¹⁷ Os documentos do arquivo estão disponíveis para a consulta em: http://institutobardi.com.br/atividades_desenhos.asp. Acesso em: 20 nov. 2018.

satisfatório. Em uma análise mais demorada percebemos que através das generalizações é difícil apreender o potencial informativo que cada um deles contém, dificultando o acesso dos pesquisadores aos registros desejados.

No caso do arquiteto Oscar Niemeyer¹⁸ o arquivo está classificado de maneira menos específica, as categorias são: arquitetura, desenhos e gravuras, esculturas, mobiliário, livros e outros. As categorias anteriores, excetuando desenhos e gravuras, estão divididas em obras executadas pelo arquiteto na construção civil, na produção de mobiliários, na ilustração e na escrita de livros. Dentro de desenhos e gravuras não existe nenhuma classificação.

Assim como no exemplo anterior encontramos dificuldades em recuperar a informação sobre o que possuímos de cada obra. Algumas obras têm apenas croquis, outras apresentam somente fotografias das peças e temos um terceiro tipo que possui vasta documentação do evento, mas essa indicação não é feita em momento algum. Defendemos aqui mais uma vez, que quando se trata da construção de instrumentos de pesquisa é necessária a utilização de uma metodologia que facilite a recuperação da informação e acabar com as generalizações.

Desta maneira, podemos concluir que já existem iniciativas que propõem formas de tratar este material arquivístico. Acreditamos que, a partir da experiência dessas iniciativas e a aplicação da tipologia documental, conseguiremos recuperar a informação de forma mais clara e rápida, podendo alcançar um maior número de usuários no processo de difusão dos diferentes acervos.

¹⁸ Os documentos do arquivo estão disponíveis para a consulta em: <http://www.niemeyer.org.br/preobra>. Acesso em: 20 nov. 2018.

Agora que temos clara a metodologia empregada e nosso objeto de estudo, falaremos sobre os recortes e escolhas empregados nessa pesquisa.

1.5. A dissertação

Como explicitado anteriormente, o grande objetivo desse trabalho é a produção de um glossário ilustrado de tipos e espécies documentais no âmbito da construção civil. Para que esse objetivo se concretizasse, fizemos, durante o percurso, algumas escolhas apresentadas a seguir.

A dissertação se organiza em torno de quatro momentos: a introdução, um estudo de caso a partir da documentação gerada na cidade de São Paulo, o glossário ilustrado e uma breve conclusão. Aqui na introdução buscamos mostrar a importância dessa documentação e da metodologia adotada para o desenvolvimento desse trabalho.

No capítulo seguinte, faremos uma discussão a respeito da legislação que regulou e regula ainda a atividade edilícia e sua produção documental.

A prática construtiva nem sempre contou com documentos para viabilizá-la. Estes documentos começam a ser produzidos na Europa, no final do século XVIII (SIMON; TORT, 2007, p. 19), com o desenvolvimento da ciência da construção civil e a profissionalização de arquitetos e engenheiros. Foi necessária a aplicação de outras ciências para que fosse viável o complexo ato de registrar na superfície plana do papel a forma tridimensional a ser executada ou reformada (SIMON; TORT, 2007, p. 17). O conceito de escala de representação, advindo da Matemática, por exemplo, é essencial para a produção destes documentos.

Deste momento em diante, o desenho gráfico será cada vez mais importante. Até então, o projeto era construído a partir das orientações orais dadas pelos mestres de obra, fazendo com que eles necessitassem permanecer grande parte do tempo em uma única obra. Com a representação em um suporte material, surge a possibilidade de um maior desprendimento do projetista em relação à obra, cabendo a ele ou a terceiros sua supervisão esporádica, revolucionando assim não só a produção de documentos, mas toda uma profissão.

Em conformidade com essas mudanças, o poder público passa a exigir a apresentação desses documentos no processo de aprovação da obra a ser realizada, colaborando para que estes documentos fossem de fato produzidos. Na província de São Paulo, a exigência da entrega de documentos que comprovem a viabilidade e adequação às normas vigentes passa a existir na última metade do século XIX, para a construção de novas edificações ou reforma das existentes.

Já no século XX, o poder público passará a exigir também um responsável técnico pela obra, que tem ainda a responsabilidade de produzir esta documentação ou supervisionar sua elaboração. É importante destacar que esta alteração na legislação não representa um fenômeno isolado: é resultado de alguns fatores que compõem seu elemento histórico (MURGUIA, 2010, p. 127), dentre eles, se destaca o processo de urbanização das cidades paulistanas.

Na mesma medida, estes documentos permitem também uma mudança na forma pela qual as obras são aprovadas pelo poder público; se antes o arruador e o fiscal de obras precisavam ir até o local para dar a licença de construção, com a criação destas espécies documentais, o proprietário

consegue encaminhar seu projeto ao poder público, que aprova ou não a obra baseado em sua representação, sem a necessidade de se deslocar até ela.

Sabendo agora da importância do estudo dessa legislação, temos que assumir que existem exigências distintas em estados e países diferentes, e por isso, delimitamos espacialmente essa dissertação. Elegemos os Códigos de Posturas¹⁹ e Obras²⁰ da capital do Estado de São Paulo para nortear nossa análise da produção documental.

São Paulo é hoje uma das maiores metrópoles americanas e precisou lidar, ao longo de sua história, com as dificuldades de uma cidade que se expande rapidamente em direção às margens para comportar um crescimento populacional desenfreado. Gostaríamos de observar os reflexos dessas transformações na legislação que regula a construção nessa cidade.

Optamos por iniciar nossa análise a partir dos primeiros Códigos de Posturas, no final do século XIX, e estendê-la até a legislação vigente. Como nosso objetivo primeiro é a produção de um glossário, acreditamos que o recorte temporal diminuiria o número de termos especificados e, consequentemente, o trabalho perderia consistência. Esperamos que esse instrumento possa auxiliar arquivos permanentes, intermediários ou correntes, e hoje existem mais tipos e espécies documentais do que em períodos anteriores.

¹⁹ Podemos definir Código de Posturas como: legislação bastante ampla que surgiu no Brasil durante o período imperial com o intuito de padronizar o comportamento dos habitantes e a ocupação e funcionamento do espaço público. Com a complexificação da legislação surgem outros Códigos e o de Posturas perde algumas das suas funções, apesar de continuar regulando, até hoje, principalmente o uso do espaço urbano pelos cidadãos.

²⁰ Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM): “O Código de Obras é o instrumento que permite à Administração Municipal exercer o controle e a fiscalização do espaço edificado e seu entorno, garantindo a segurança e a salubridade das edificações”. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/projeto/3#:~:text=O%20C%C3%B3digo%20de%20Obras%20C%C3%A9,e%20a%20salubridade%20das%20edifica%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 25 nov. 2020.

O terceiro momento desse trabalho consiste na apresentação do glossário. Antes dos verbetes, apresentaremos a metodologia empregada e sua estrutura. Muitos dos verbetes serão ilustrados e, como a documentação varia em cada fase de projeto não foi possível utilizar as espécies e tipos documentais custodiados em uma única instituição.

Para o projeto legal contamos com a colaboração do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteadó". Para a fase do anteprojeto e do projeto executivo, contamos com a colaboração do arquiteto Fábio Xavier e de dois escritórios de arquitetura e urbanismo atuantes na cidade de São Paulo: Kseib Suniga Arquitetos Associados e Estúdio+1. Alguns verbetes se referem a documentos produzidos no processo criativo da obra e não aparecem em nenhuma dessas instituições, por isso utilizamos a documentação do arquivo pessoal de dois arquitetos brasileiros: Lina Bo Bardi e Oscar Niemeyer.

Por fim, faremos nossas considerações finais, concluindo esse trabalho e apresentando o processo de pesquisa em suas dificuldades e facilidades.

2. LEGISLAÇÃO E PRODUÇÃO DOCUMENTAL. UM ESTUDO DE CASO: SÃO PAULO

É sabido que toda área possui suas especificidades. No que tange a documentação produzida na construção civil isso não é diferente. Nosso objetivo nesse capítulo é fazer um estudo da legislação edilícia da capital paulista.

Partindo da legislação que regulou e regula a produção documental pretendemos mostrar como o poder público em suas diferentes atribuições passa de simples arruador para regulador de toda edificação construída no estado de São Paulo. Veremos como o poder público, que em um primeiro momento se restringe a cuidar da estética citadina, adentra os imóveis particulares regulando suas aberturas e recuos visando aumentar a insolação e ventilação, colaborando para barrar a propagação de doenças.

Nesta análise das leis, buscaremos também estabelecer marcos cronológicos que assinalem mudanças significativas na produção de documentos da área da construção civil. Para isso, analisaremos os diferentes Códigos de Obra empregados no município de São Paulo ao longo do tempo. Optamos por orientar nossa análise de maneira cronológica, conforme a legislação foi sendo alterada e a documentação sendo produzida.

Analisaremos a legislação da cidade escolhida com o intuito de mostrar, através de um estudo de caso, como a regulação da atividade edilícia e da produção documental gerada por ela está intimamente ligada as transformações sociais sofridas ao longo do tempo.

2.1. São Paulo: de vila à metrópole

Analisaremos neste trabalho os sete códigos de posturas/obras já vigentes na capital paulista. São eles:

Data	Lei
14/05/1873	Resolução nº 93
31/05/1875	Resolução nº 62
06/10/1886	Código de Posturas²¹
19/11/1929	Lei nº 3.427
20/06/1975	Lei nº 8.266
25/06/1992	Lei nº 11.228
09/05/2017	Lei nº 16.642

Quadro 1: Lista de Códigos de Postura/Obras vigentes na capital paulista.

Como podemos observar no quadro 1, o primeiro código de posturas da província de São Paulo data do império. Esta legislação foi sofrendo grandes alterações conforme o número de habitantes da capital paulista cresceu e, por consequência, a área urbana também precisou se expandir. Podemos observar estas mudanças a partir dos números que aparecem nos censos demográficos e dos mapas que mostram a área urbanizada de São Paulo ao longo dos anos.

O primeiro censo realizado no Brasil data de 1872 (BRASIL, 1872). Nele, São Paulo aparece com uma população de mais de 30.000 habitantes e uma área urbanizada que englobava, parcialmente, os bairros atuais: República, Sé, Bom Retiro, Santa Cecília e Brás (Figura 1). Entre as décadas de 70 e 90 do século XIX, este foi o único censo realizado.

²¹ Não encontramos o número sob o qual esta lei foi aprovada.

Área Urbanizada 1872

Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa.
Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003.
Adaptação: Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/Dipro

Figura 2: Área Urbanizada de São Paulo em 1872
Fonte: Sempla

No que tange a legislação que regulamenta as obras na capital paulista, vemos aqui um comportamento incomum, uma mudança rápida, sendo o primeiro código de obras de 1873 e o segundo, de 1875, ou seja, com apenas dois anos de intervalo. Esse comportamento não se repete, a tendência que se estabelece na história paulista é o alongamento do tempo para a compilação de toda a legislação de obras. Isso não significa que a legislação não muda ao longo destes períodos, que são em média de 30 anos de um código para o outro, uma vez que, mesmo dentro destes períodos sem renovação, leis e decretos são expedidos alterando e/ou complementando a legislação²² de então.

²² Temos como exemplo no que toca especialmente no nosso trabalho as seguintes normas: **Lei nº 38, de 24/05/1983** (Estabelece a aprovação de plantas para as novas edificações); **Lei nº 498,**

de quarenta anos. O censo mais próximo desta data ocorreu em 1890, e apontou que São Paulo contava com aproximadamente 65.000 habitantes (BRASIL, 1890), ou seja, em menos de duas décadas, a população deste município dobrou, gerando a necessidade de melhor regulação e padronização na legislação para tentar controlar a construção da cidade, que estava expandindo-se rapidamente devido à demanda humana.

Figura 4: Planta da Cidade de São Paulo (1895).
Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC. Acervo - Tombo: 1322

Quando comparamos a figura 3 com a figura 4, percebemos que, em um pouco menos de quinze anos (1881-1895), a cidade se expandiu do centro para

as bordas, ultrapassando os rios, obstáculos naturais do terreno que continham a cidade.

Área Urbanizada 1882/1914

Figura 5: Área Urbanizada (1882-1914)
Fonte: Sempla

O período de quarenta anos entre o último Código do império e o primeiro da república foi marcado por uma explosão demográfica na cidade de São Paulo, causada principalmente pela política brasileira de incentivo à imigração.

O censo derradeiro do século XIX, publicado em 1900 (BRASIL, 1900), mostra que essa cidade atinge, aqui, a marca de 239.820 habitantes, quase quatro vezes maior que no último recenseamento. Na figura 5, conseguimos observar os resultados deste crescimento populacional: uma rápida expansão

Figura 7: Planta da Cidade de São Paulo (1924).

Fonte: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento. Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC. Acervo - Tombo: 1162.

As obras públicas e particulares aumentam em um nível vertiginoso nessa sociedade que ultrapassa, em 1929, o número de 1.000.000 de habitantes (SÃO PAULO, 1935). O mapa da urbanização de São Paulo de 1915 a 1929 (figura 6) é o último em que a cidade se restringe aos bairros centrais e seu entorno imediato. A mancha urbana cresce tanto que os mapas deixam de representar a totalidade dos arruamentos da cidade, passando a apresentar apenas parcelas dela. A figura 7 é a planta mais atual que encontramos capaz de representar, num mesmo desenho, todos os “terrenos arruados” do município (e seu arruamento).

A mancha urbana de São Paulo se expandiu rapidamente na primeira metade do século XX, tanto que em sua segunda metade (figura 8) já

apresentava praticamente o contorno atual da cidade (figura 9). O censo de 1970 (BRASIL, 1970) aponta uma população de 5.924.615 pessoas; o de 1991 conta 9.646.185 e o de 2010, o último realizado, 11.253.503 indivíduos, ou seja, a população da cidade continuou crescendo nestes últimos 40 anos, tendo quase dobrado, porém desacelerou o ritmo do crescimento se comparado ao período compreendido entre 1890 e 1930, quando a população mais que quadruplicou.

Figura 8: Área Urbanizada (1963-1992)
Fonte: Sempla

Os três últimos Códigos de Obra do município de São Paulo adquirem sua forma mais complexa, uma vez que a legislação vai sendo aprimorada com o passar do tempo para acompanhar o aumento de complexidade da cidade, que apresenta agora mais de onze milhões de pessoas ocupando seus 1.521,11 km².

Figura 9: Área Urbanizada (2017)

Fonte: Sempla

Passaremos agora a analisar cada um dos sete conjuntos de leis elencados, começando pelo Código de Posturas de 1873, chegando até o atual de 2017. Concentraremos nossa análise em perceber se a legislação aponta quais as espécies e tipos documentais necessárias para a aprovação dos projetos de construção, reforma ou demolição. Se esta informação existir, nos esforçaremos em compreender as mudanças que elas sofreram ao longo do tempo.

2.2. Legislação edilícia paulistana

Na história da cidade de São Paulo, e de sua legislação urbanística, esta tensão – legalidade/ilegalidade – esteve sempre presente, fortemente identificada com espaços de alta renda, fortemente regulados, que se contrapõem aos espaços populares não regulados ou em desacordo com a lei (ROLNIK, [s.d.], p.1).

O excerto acima escrito por Raquel Rolnik explicita como a legislação de obras foi tratada ao longo do tempo. Enquanto o centro, primeira área ocupada, está regularizado desde o primeiro Código de Obras (que é chamado de cidade em contraposição às freguesias), as periferias da cidade, apesar de hoje estarem englobadas na legislação, possuem um menor controle estatal. É importante ressaltar aqui que sabemos que nem sempre o ato legal corresponde à realidade cotidiana, porém essa última deve se pautar por ele.

Resolução nº 93 de 14 de maio de 1873

A primeira lei a ser analisada por nós será o Código de Posturas assinado por João Theodoro Xavier, presidente da Província de São Paulo, em 14 de maio de 1873.

Esta resolução não trata apenas das obras públicas e privadas, mas também de outros âmbitos dos espaços públicos, como: locais para a venda de alimentos (sejam verduras, legumes ou carnes), costumes dos cidadãos (tomar banhos nos rios, acender fogueiras nas ruas, amarrar os animais do lado de fora das residências) e até sobre os impostos que deverão ser pagos para o erário público. O texto é dividido em oito títulos, sendo que os dois primeiros, “Da edificação e alinhamentos, Etc” e “Das ruas, sua abertura, asseio, elegância, e outras providencias (sic)”, são os que tocam em nosso tema e, por isso, serão foco desta análise.

Nestes dois títulos, os artigos tratam de questões básicas do planejamento urbano atual, como o alinhamento, o nivelamento e o gabarito das edificações. Além disso, é o primeiro a estabelecer, em seu artigo 2º, um

funcionário público chamado de arruador que será o responsável por comparecer à obra e determinar cada uma das características apontadas acima nas obras a serem executadas, ação impensável na São Paulo atual. Hoje, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do solo é responsável por determinar essas questões em cada zona do município.

A última característica que queremos ressaltar aqui é que este Código também prevê no artigo 191 que os alinhamentos determinados pelo arruador devem ser registrados em um documento assinado por ele - no corpo da lei este documento é denominado auto.

Resolução nº 62 de 31 de maio de 1875

A segunda lei imperial que apreciaremos é o Código de Posturas ratificado, em 31 de maio de 1875, pelo Doutor Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, Cavalleiro da ordem de Christo, Monsenhor honorário da Capela Imperial, Governador do Bispado e Vice-presidente da Província de São Paulo.

O documento possui 279 artigos divididos em dezesseis “títulos”. Dois são os capítulos que se dedicam às obras: “Do alinhamento, abertura das ruas, calçamento, edificação e reedificação das casas e da concessão de terrenos” e “Sobre edifícios ruinosos, escavações e precipícios na vizinhança das povoações”, sendo que este último não se dedica exclusivamente às obras municipais.

No 2º artigo desta resolução, a Câmara afirma que fará uma planta da cidade que será distribuída pelos fiscais e arruadores para os moradores dos distritos em que não se pode edificar sem licença. Aqui, temos duas camadas de

análise: a primeira diz respeito à possibilidade existente em alguns distritos, os mais afastados do centro, de se construir sem licença e alinhamento, recuperando o excerto de Raquel Rolnik, que versava sobre essa priorização de regulação das áreas centrais em detrimento das demais.

A outra análise necessária é a de que as plantas da cidade (figura 3) passam a ser produzidas aqui e servem de exemplo para as pessoas que vão construir. Outros tipos documentais aventados nessa legislação como sendo necessários para a construção são as licenças e os alinhamentos; a primeira espécie é definida juridicamente, enquanto a segunda precisa ser observada e identificada no decorrer deste trabalho.

Este é o segundo Código em que os arruadores aparecem como encarregados pelo alinhamento das construções. No primeiro não fica claro que é a Câmara a responsável por fornecer esse serviço, algo que aparece explicitamente no artigo 3º desta norma. Este mesmo artigo afirma que “o alinhamento deve ser feito pelo arruador na presença do fiscal e do engenheiro da Câmara com o concurso de seu Secretário”. Além disso, no artigo 6º deste mesmo capítulo, “determina-se que os alinhamentos devem ser requeridos ao Presidente da Câmara, que o tomará nos autos que deverão ser assinados pelos funcionários encarregados do serviço e seu concessionário, que levará uma cópia do documento com ele”.

A última análise a ser feita por nós deste primeiro título é que aqui está grafada a maneira pela qual os particulares adquirem seus terrenos neste período. Essa doação se dá através das cartas datas que, segundo o artigo 20º, precisam ser “passadas pelo Secretário e assinadas pelo Presidente da Província”. Outros artigos desse título determinam também a metragem dos

terrenos, sua localização permitida e o tempo para que algo seja construído neste espaço.

O segundo capítulo destinado às construções trata dos edifícios que estão condenados. O artigo 27 determina que exista uma análise destes edifícios que deveria ser feita por dois peritos nomeados pela Câmara, além do proprietário. Este documento equivale, hoje, ao auto de conclusão de obra.

Código de Posturas de 06 de outubro de 1886

O último Código de Posturas do império data de 06 de outubro de 1886. Ele conta com vinte e seis “títulos”, dez a mais do que o seu precedente, e, além disso, possui em anexo um documento intitulado “*Padrão municipal*”.

É o primeiro código a trazer especificadas medidas padrão para às construções, buscando normatizar esta cidade que se expande rapidamente. Em seu primeiro título, trata do alinhamento das edificações e do funcionário responsável por esta atividade o arruador, que deve registrá-la nos autos da câmara.

O segundo título deste capítulo padroniza o tamanho dos cortiços a serem construídos na capital. Esta é a primeira legislação paulista a tratar especificamente desta tipologia de construção, porque é aqui que ela se impõe, na tentativa de acomodar toda a população citadina que dobrou desde o último código.

Seu terceiro título trata especificamente das Cartas de Datas, instrumento que já aparece no Código anterior, porém este não possui tantos artigos que regulem sua expedição e validade.

O documento anexo ao ato legal chama-se *padrão municipal*, percebemos aqui uma primeira tentativa de criar padrões para os diferentes tipos de edificações da cidade. É dividido em seis partes, sendo a última dedicada mais uma vez aos cortiços, que para serem construídos deverão contar com uma licença expedida pela Câmara.

Lei nº 3.427 de 19 de novembro de 1929

Esta é a primeira lei municipal dedicada exclusivamente a obras, foi nomeada como Código de Obras Arthur Saboya. Promulgada em 19 de novembro de 1929 por José Pires do Rio, prefeito da capital, é dividida em sete partes, sendo a primeira o objeto de estudo dessa análise, as outras seis serão apresentadas somente em linhas gerais, uma vez que não apresentam mudanças na produção documental.

Sua primeira parte conta com dois Títulos sendo o primeiro dividido em oito capítulos e o segundo em cinco. O primeiro deles dispõe sobre as “Disposições Gerais da cidade”, incluindo a divisão da cidade em zonas e o modo como deve se desenvolver o alinhamento e o nivelamento para as construções; enquanto o segundo, e mais relevante para este estudo, trata dos modos de submeter os projetos de obras para a aprovação do poder público.

Está previsto nessa lei, assim como nas que a sucederam que nenhuma construção deve ser feita sem que seja expedido pela prefeitura o alvará de alinhamento e nivelamento que, segundo seu 13º artigo, terá validade de seis meses. Aparecem aqui outros tipos que merecem nossa atenção, a saber, o alvará de construção e o plano de retalhamento da quadra em lotes.

O primeiro documento está previsto em seu 47º artigo. Ele aparece na legislação paulista pela primeira vez nesse código e continua sendo um documento primordial ainda hoje. O segundo, previsto no artigo 51, é nomeado hoje de outra maneira, mapa de zoneamento.

Apenas com o advento da república passa a ser obrigatório que o proprietário entregue ao poder público o projeto da obra que ele pretende construir. O alvará de construção, a partir desta data, só será expedido quando o projeto for aprovado pelo prefeito. Esta exigência, segundo o artigo 54, não é válida nas zonas rurais do município, reiterando a diferença percebida por Raquel Rolnik, entre o centro e a periferia.

O artigo 55 por sua vez, é o mais importante desta legislação para o nosso trabalho. Uma vez que ele determina quais “peças” (sic) devem constar no projeto a ser analisado e como elas devem ser construídas, levando em conta: o tipo do papel em que devem ser apresentadas, sua escala de representação e a cor da tinta a ser empregada em cada situação (partes a serem conservadas, partes a serem demolidas, partes a serem construídas, etc.). Temos aqui nove tipos documentais referentes à construção civil, definidos pelo poder público paulista pela primeira vez: planta de edificação, planta de locação, planta de localização, perfil longitudinal e transversal, elevação, cortes, título de propriedade e o memorial descritivo.

Esta legislação apresenta também dois pontos de virada quanto à regulação das obras. O primeiro é a necessidade de, a partir daqui, todo projeto ser assinado pelo profissional da construção civil (arquiteto ou engenheiro) responsável pela obra, assim como do encarregado da obra. O segundo é a

criação da Diretoria de Obras, responsável por cuidar de todas as obras dessa cidade que cresce em ritmo acelerado, como já discutido anteriormente.

A segunda parte da lei trata das “construções para fins especiais”, são classificadas nessa categoria: fábricas, oficinas, garages (sic) industriais e comerciais, oficinas de automóveis, cinemas, banheiros públicos, escolas, igrejas, estabelecimentos de gêneros alimentícios, matadouros, açougues, hospitais, hotéis, cocheiras e estábulos. A terceira parte trata da forma pela qual os arruamentos da cidade devem ser feitos nos terrenos ainda não urbanizados dela; a quarta trata dos alinhamentos e nivelamentos das vias públicas; a quinta de sua arborização; a sexta da colocação de monumentos nos logradouros públicos; a sétima, por fim, da nomenclatura das vias públicas e numeração dos imóveis.

Lei nº 8.266 de 20 de junho de 1975

Aprovada durante o regime militar, esta lei de 20 de junho de 1975, foi aprovada pela câmara e promulgada pelo então prefeito Olavo Egydio Setúbal. Assim como o Código anterior, está dividido em sete partes: A, B, C, D, E, F e G.

Nossa análise se concentrará na parte E intitulada “Normas Administrativas”, uma vez que esta é a porção na qual estão expressos os documentos necessários para a aprovação dos projetos de reforma, construção ou demolição, nosso objeto de estudo.

Esta lei prevê no artigo 516 que os projetos enviados para análise devem ser constituídos dos seguintes documentos: Título de propriedade do imóvel; Memorial descritivo; Peças gráficas (apresentadas de acordo com o modelo

adotado pela Prefeitura e em escala conveniente); e, por fim, o Levantamento planialtimétrico do imóvel, que serviu de base para o projeto. Ao contrário do código Arthur Saboya, não está especificado aqui quais são as peças gráficas que devem integrar o projeto a ser avaliado pela prefeitura.

A execução de qualquer obra, como em todos os códigos anteriores, só é permitida com a licença prévia da prefeitura (artigo 509). São vários os alvarás necessários para que ela tenha início, são eles: de nivelamento, alinhamento, de licenças em geral e de licenças para edificar.

Lei nº 11.228 de 25 de junho de 1992

Promulgado logo após a redemocratização, em 25 de junho de 1992, pela prefeita Luiz Erundina de Souza, este código está dividido em dezesseis capítulos. É o primeiro a contar com um índice dos capítulos e das sessões, dos Códigos analisados é o mais extenso. Além dos capítulos conta também no artigo 1º, com as Disposições Gerais, Transitórias e Finais, e ao fim com “Seções do Anexo I e tabelas constantes dos Anexos II e III”.

Este Código é também pioneiro em dedicar um capítulo a padronizar a documentação necessária para a análise dos projetos, seu terceiro capítulo, intitulado “Documentos para Controle da Atividade de Obras e Edificações”. Os documentos apresentados nesse capítulo são: Ficha Técnica, Diretrizes de Projeto, Comunicação, Alvará de Alinhamento e Nivelamento (primeiras tipologias que encontramos, apresentadas já nos Códigos de Postura), Alvará de Autorização, Alvará de Aprovação, Alvará de Execução, Alvará de

Funcionamento de Equipamentos, Certificado de Conclusão, Alvará de Licença para Residências Unifamiliares e Certificado de Mudança de Uso.

Este ato legal não apresenta quais são os documentos necessários para encaminhar os projetos, porém apresenta quais as características gerais que cada uma das peças deve conter:

“As peças gráficas do pedido, devidamente avaliadas por profissional habilitado deverão conter elementos que possibilitem a análise da implantação, movimento de terra, volumetria, aeração, previsão de vagas de estacionamento, índices urbanísticos e áreas da edificação a ser projetada”.

Além disso, determina também, como deve ser feita a Comunicação, o que cada alvará determina e permita que seja feito, além de dispor sobre cada tipo de Certificado.

Comparando este código com os precedentes, percebemos que no que tange a documentação este é o mais preciso em determinar quais os tipos documentais necessários para a aprovação dos projetos.

Lei nº 16.642 de 09 de maio de 2017

O último Código de Obras e Edificações (COE) a ser analisado aqui é o vigente, promulgado em 09 de maio de 2017 pelo prefeito João Dória. Além do texto oficial da lei, a prefeitura de São Paulo produziu também uma versão digital ilustrada (SÃO PAULO, 2017).

Este ato legal é dividido em nove capítulos sendo o segundo, intitulado, “Do controle da atividade Edilícia”, o que analisaremos, uma vez que ele é o responsável por regular a documentação necessária para aprovação dos projetos de construção, reforma e demolição.

Quando o comparamos com o de 1992 (SÃO PAULO, 1992), percebemos que este busca uma maior simplificação na aprovação dos projetos, através da desburocratização do sistema e da maior responsabilidade dada ao profissional da construção civil, uma vez que decisões antes previstas na legislação não são mais, ficando a critério de cada profissional. No COE ilustrado lemos que esta legislação visa:

“modernização administrativa, voltados para a informatização do licenciamento de obras, bem como (...) em relação a novas tecnologias construtivas, demandas da sociedade e sustentabilidade ambiental” (SÃO PAULO, 2017).

Alguns tipos e espécies já previstos no Código anterior são mantidos no atual, são eles: Alvará de Aprovação, Alvará de Execução, Projeto Modificativo, Certificado de Conclusão, Certificado de Regularização, Certificado de Acessibilidade, Certificado de Segurança, Alvará de Autorização, Ficha Técnica e as Diretrizes de Projeto. A seção II do segundo capítulo, “Dos documentos de controle da atividade edilícia”, define em que situação é necessária a apresentação dos alvarás e certificados, sob que condições são expedidos e durante quanto tempo são válidos.

No que diz respeito às Diretrizes de Projeto este código é mais flexível que o anterior, uma vez que não estão previstas na legislação quais as peças gráficas necessárias para a aprovação dos projetos. No Artigo 51 lê-se apenas que: “O pedido deve ser instruído com documentação e peças gráficas que permitam o entendimento do projeto e da consulta formulada” (SÃO PAULO, 2017).

2.3. Balanço da legislação

A legislação concernente a obras se especializou ao longo do tempo. Junto com uma maior regulação e padronização na forma de construir, surge uma padronização dos documentos necessários para que o projeto seja aprovado pelo poder público. Enquanto nas primeiras Posturas Provinciais os arruadores necessariamente compareciam ao terreno a ser edificado para produzir seu nivelamento e alinhamento, na legislação atual é esperado que o projeto seja encaminhado, pelo profissional responsável pela obra, por meio eletrônico. A uniformização das tipologias, por sua vez, foi necessária devido ao grande crescimento no número de obras.

Conseguimos aqui estabelecer os marcos cronológicos da transformação da produção documental na capital paulista. Percebemos uma relação estreita entre esses momentos e o processo de urbanização e crescimento orgânico da cidade analisada.

Percebemos que algumas espécies e tipos presentes na legislação se repetem e outras são específicas de determinado momento. Não foi possível nesse trabalho observar de maneira sistemática a existência desses documentos nos arquivos, não podendo afirmar se eles foram produzidos conforme previsto na legislação. Como já afirmamos este é um trabalho que não se encerra aqui.

Como nosso glossário conta com um sistema de remissivas, ele ajudará o pesquisador, uma vez que ele poderá reconhecer dentre as ilustrações de nossos verbetes o documento que tem em mãos, sendo capaz de nomear sua fonte de forma adequada, respeitando, quando pertinente, a nomenclatura do período que a produziu.

3. GLOSSÁRIO ILUSTRADO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Como primeira atividade desta pesquisa, fizemos o levantamento bibliográfico de dicionários da área da construção civil, de normas reguladoras e da legislação que norteia a construção de obras e, conseqüentemente, a produção de documentos. Destacamos a importância, nessa etapa da pesquisa, da leitura de obras produzidas por profissionais da área da construção civil para compreender quais os termos comumente usados por eles no cotidiano de seu trabalho.

É importante destacar que ao estudar os Códigos de Obras e Posturas paulistanos, buscamos, além do levantamento dos termos, observar as mudanças que ocorreram ao longo dos anos no que concerne à documentação exigida, como exposto no capítulo anterior. Após a leitura de toda a bibliografia levantada, foi necessário determinar qual metodologia seria empregada na construção dos verbetes.

3.1. Metodologia

Concomitante à leitura da bibliografia, fizemos a sistematização dos termos levantados em forma de planilha. Nesta, existem cinco campos para preenchimento: o termo, a transcrição *ipsis litteris* da definição apresentada naquela fonte determinada, a fonte, a página onde se encontra e se esta fonte apresenta este termo em outras línguas. Por conta da grande extensão do levantamento completo e das fontes utilizadas, optamos por apresentar aqui um fragmento da planilha com os termos mais antigos (alguns ainda em uso, outros

não) e apenas as fontes que continham esses termos definidos. Nas referências bibliográficas gerais e classificadas, estão relacionadas todas as fontes utilizadas para a construção desse glossário.

Para não repetir à exaustão o nome completo da fonte em cada termo, numeramos as fontes utilizadas antes da tabela. As entradas no levantamento foram feitas com a numeração correspondente.

Fontes:

- 1- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart, 1989.
- 2- RODRIGUES, Francisco de Assis. **Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.
- 3- MARINI, Enéas. **Diccionario da Nomenclatura Technologica do Constructor**. São Paulo: Domingos Urruselqui, 1925.

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
1. Alçado	Projeção vertical ou elevação. Desenho de uma fachada ou de um corte.	1	27	
2. Alçado	A, p. p. de alçar, e adj. levantado, erguido, alto, do lat. <i>elevatus</i> , it. <i>alzado</i> , fr. <i>éléve</i> , hesp. <i>alzado</i> , ing. <i>a raised</i> , (archit.) desenho geometrico do prospecto, ou frontispicio de qualquer	2	27	Elevatus (latim); Alzado (italiano e espanhol); Éléve (francês); A raised (inglês)

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	edifício, em relação somente às suas dimensões verticais e horizontais. V. <i>Elevação, Orthographia</i> .			
3. Alçado	Desenho geométrico do prospecto ou frontispício de qualquer edifício.	3	9	
4. Anteprojeto	Risco ou esboço de projeto. Primeiras linhas traçadas pelo arquiteto, procurando objetivar uma ideia ou concepção arquitetônica. O anteprojeto constitui a etapa inicial da apresentação de um projeto, isto é, o primeiro momento consciente da criação artística, que se fixa no papel. Nas normas básicas preconizadas pelo Instituto de Arquitetos do Brasil é o anteprojeto a etapa que segue o estudo preliminar do problema apresentado ao	1	43	

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	arquiteto para determinar a viabilidade de uma solução, através de desenhos sumários, em número de escalação de custo real. Comumente o anteprojeto é executado em escala de 1/100 ou 1/200, acompanhado de perspectivas e gráficos elucidativos.			
5. Ante-projecto	s. m. do lat. <i>ante</i> , antes, e <i>projectio</i> ou <i>delineatio</i> , projecto ou delineação, fr. <i>ante-project</i> , it. <i>ante-proponimento</i> , (archit.) primeiras linhas ou esboço do alçado, e distribuição de um edifício qualquer, que se intenta construir, com o respectivo orçamento, ou memoria descriptiva sobre os meios de formar qualquer estabelecimento util. Também se póde applicar	2	42	Ante-project (francês); Ante-proponiment (italiano);

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	este termo ao esboço de qualquer grande obra de pintura, ou de escultura.			
6. Boceto	O mesmo que BOSQUEJO ou ESBOCETO.	1	79	
7. Bosquejo	Primeiros traços rápidos objetivando ideia inicial, criadora de um projeto arquitetônico. Difere do esboço porque este já é elaborado sobre ideia formada ou quase pronta. Um ESBOÇO pode provir de um bosquejo.	1	80	
8. Bosquejo	s. m. do lat. <i>adumbratio</i> , ital. <i>schizzo</i> , ing. <i>sketch</i> , hesp. <i>escorche</i> , fr. <i>esquisse</i> , primeiros traços rápidos de um desenho, ou primeira idéa creadora de um projecto de architectura, de um sujeito ou assumpto de pintura ou de esculptura, feita sobre qualquer superficie para ser depois executada e levada á perfeição.	2	84	Adumbratio (latim); Schizzo (italiano); Sketch (inglês); Escorche (espanhol); Esquisse (francês);

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	<i>Bosquejo</i> não é o mesmo que esboço, porque este é já um trabalho preparatório, tirado do bosquejo de uma pintura, escultura, etc. V. <i>Esboço</i> , <i>Esboçar</i> .			
9. Corte	Desenho arquitetônico que representa a secção feita no edifício, na construção, em determinada situação para mostrar as alturas e os pés direitos que devem ser obedecidos, bem como outros detalhes de interesse construtivo, como a cobertura, a escada, etc. Também, designa cada uma das faces da aduela de um arco de edifício.	1	150	
10. Córte	s. m. de cortar, do lat. <i>sectio</i> , desenho geométrico da secção certical de um edificio, que tem por fim descobrir a distribuição do interior de um	2	126	Sectio (latim);

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	qualquer edificio. V. <i>Planta e Alçado.</i>			
11. Córte	Plano de uma construcção, suppondo-se que córta o edificio para mostrar as dimensões e particularidades interiores. Cada uma das faces da aduela de um arco de edificio.	3	45	
12. Croqui	Esbôço de desenho. Primeiros traços que são executados para transportar ao papel a idéia que faz o arquiteto de determinada solução arquitetônica. DEBUXO. RISCO.	1	153	
13. Debuxo	Desenho de alguma coisa feito a lápis ou a tinta. Figuradamente é aplicado no sentido de esbôço, croqui, reisco, bosquejo.	1	163	
14. Debuxo	s. m. hesp. <i>Dibujo</i> , desenho, delineação de um objecto feito a lapis ou á penna, sobre papel ou cartão, ou sobre	2	133	Dibujo (espanhol);

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	prancha ou tábua de baixo. V. <i>Desenho...</i> assentar as principaes linhas do <i>debuxo</i> . Heit. Pin., <i>Da vida sol.</i> cap. XI, p.198. Quatro <i>debuxos</i> somente Levava dos mais correctos. Vieira Lus., pag. 52. <i>Debuxo</i> , simples expressão de linhas, que representa a figura dos objectos. Leit. Ferr. <i>Arte de conceitos</i> .			
15.Delineamento	Primeiro esbôço ou projeto de qualquer obra. Demarcação. Descrição gráfica sumária.	1	166	
16.Elevação	Nome que se dá à representação gráfica das fachadas ou frontispícios dos edifícios. Quando a elevação constitui mera projeção ortogonal chama-se elevação geométrica ou ortográfica. Elevação perspectica é a que recorre à perspectiva.	1	178	

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
17. Elevação	s.f. do lat. <i>elevatio</i> , <i>onis</i> , acção e efeito de elevar, fr. e ing. <i>elevation</i> , it. <i>elevazione</i> , hesp. <i>elevacione</i> , (archit.) é a representação em desenho da fachada ou frontispício de um edifício, que se chama <i>orthographia</i> , quando esse desenho é geométrico, isto é, quando as partes que o compõe são levantadas ou elevadas em sua verdadeira grandeza; chama-se também <i>elevação geométrica</i> . <i>Elevação perspectiva</i> é o desenho de um edifício, cujas partes lateraes apparecem em escorço. V. <i>Scenographia</i> .	2	150	Elevatio (latim); Elevation (francês, inglês); Elevazione (italiano); Elevacione (espanhol);
18. Elevação	Representação por desenho da fachada de um difício; alçado.	3	56	
19. Esbôço	Resultado gráfico ou delineamento do ao de ESBOÇAR. O	1	191	

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	<p>esbôço arquitetônico é o trabalho inicial executado pelo arquiteto para traduzir seu pensamento em linguagem gráfica e de desenho, executando assim uma planta, uma fachada, ou uma perspectiva fazendo comparecer nêles a essência mesma de sua idéia, de sua concepção criadora.</p>			
20. Esboço	<p>s. m. de <i>esboçar</i>, fr. é <i>bauche</i>, (pint., esculp., e grav.) principaes linhas e côres com que o artista forma o seu quadro; disposição das massas, e do effeito geral do mesmo. Alguns artistas ha que se contentam com um simples desenho a aguarella, ou um cartão, a simples contorno, para lhes servir de guia na execução do quadro. O <i>esboço</i> do</p>	2	163	Bauche (francês);

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	escultor consiste igualmente nas fôrmas geraes do seu modelo feito em barro, ou vasado em gesso, e na execução d'elle esboçando a obra, segundo os preceitos da arte. Convem pois que não se confunda, como fazem a maior parte dos dicionaristas, o termo de <i>esboço</i> , com o de bosquejo. V. <i>Bosquejo</i>			
21. Esquisso	Desenho esquemático, imperfeito, com o fim de expressar uma idéia, um projeto já concebido.	1	201	
22. Esquiça, Esquisso, ou Esquizo	s. m. do it. <i>schizzo</i> ou <i>schizzi</i> , lat. <i>adumbratio</i> , fr. <i>esquisse</i> , hesp. <i>escorche</i> , ing. <i>sketch</i> , (pint., esculp. e archit.) pequeno desenho ou modelo imperfeito, que exprime a idéa ou projecto de uma obra d'arte, concebida e já borreteada ou rascunhada pelo	2	173	Schizzo, Schizzi (italiano); Adumbratio (latim); Esquisse (francês); Escorche (espanhol); Sketch (inglês);

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	auctor. V. <i>Bosquejo</i> .			
23. Fachada	s. f. do lat. <i>frons</i> , <i>tis</i> , fr. <i>façade</i> , it. <i>facciata</i> , hesp. <i>fachada</i> , ing. <i>front</i> , (archit.) face principal, frontaria ou fronstispicio de um edifício; quando este tem muitas faces, distinguem-se por fachada anterior, posterior, e lateraes: quando se diz simplesmente <i>fachada</i> , entende-se a da frente ou a principal. Muitos autores há que têm escripto sobre a decoração e systema das <i>fachadas</i> ; entre outros pôde consultar-se <i>Le Cours d'architecture</i> de Blondel.	2	182	
24. Orthographia	s. f. do gr. <i>ortho</i> , pref. e <i>grapho</i> , escrever ou descrever, termo que tem dupla significação: a primeira toma-se pela arte de escrever rectamente as palavras de uma lingua; a	2	277	

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	segunda diz respeito á architectura, e toma-se pela representação geometrica da elevação ou fachada de um edificio, em que apparecem as partes em sua verdadeira proporção.			
25. Planta	Desenho que representa a projeção horizontal de um edificio, de uma cidade, etc. Corte horizontal de um edificio, geralmente passando acima do plano dos peitoris das janelas.	1	378	
26. Planta	s. f. do lat. <i>planta</i> , sola do pé com os dedos, gr. <i>posís</i> , pé, e <i>latus</i> , largo, face inferior do pé do homem que assenta sobre a terra, quando está em pé. Assim os pintores, como os estatuarios, estudam com grande cuidado o melhor modo de collocar ou firmar bem uma figura sobre o plano; e é	2	300/301	Planta (latim);

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	<p>costume entre uns e outros o dizer: esta figura tem boa <i>planta</i>, esta estatua planta bem, isto é, guarda as leis da estatica e do equilibrio.</p> <p>Os architectos chamam <i>planta</i> em geral ao piso ou plano horizontal de um qualquer edificio, e em particular aos diferentes pavimentos de que constam: assim chamam ao primeiro pavimento ao nível do solo, 1.^a planta, ou planta terrea, 2.^a planta ao 1.^o andar, 3.^a planta ao 2.^o, etc.</p> <p>A planta de um edificio é uma das partes mais importantes da distribuição, que requer muito estudo e circumspecção da parte do architecto.</p>			
27. Planta	Desenho ou traçado que representa um edificio, etc.	3	106	
28. Projeto	Plano. Plano geral de uma edificação ou de outro objeto	1	389	

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	qualquer. No campo da arquitetura e da atividade de arquiteto é o Instituto de Arquitetos do Brasil que em sua tabela de honorários define: Projeto vem a ser o conjunto de plantas, secções e elevações de acordo com as exigências dos poderes públicos e em condições de serem submetidas à aprovação dos mesmos. De modo geral o projeto é executado em escala maior de que o ANTEPROJETO , isto é 1/100 ou 1/50 com detalhes de escala 1/20, 1/10, 1/15 ou até mesmo em escala natural, conforme o caso.			
29. Projecto	s. m. do lat. <i>projectus</i> ou <i>delinatio</i> , fr. <i>projet</i> , it. <i>proponimento</i> , hesp. <i>projecto</i> , ing. <i>project</i> , (t. comp.)	2	310	Projectus/Delinatio (latim); Projet (francês); Proponimento (italiano); Projecto (espanhol); Project (inglês);

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	<p>pensamento expresso em linhas, delineação de um edifício, de uma figura, ou composição de um quadro, de um grupo em barro ou cera, etc.</p> <p>Memoria descriptiva de uma empresa, empreendimento ou obra importante que se tenta executar.</p>			
30. Projecto	Representação graphica e escripta, com o respectivo orçamento da obra que se deve realizar.	3	108	
31. Rascunho	<p>Delineamento de obra, projeto ou pormenor com as proporções das dimensões mais ou menos aproximadas, geralmente feito a mão livre.</p> <p>Croqui.</p> <p>Bosquejo.</p>	1	403	
32. Rascunho	<p>s. m. deriv. de rascar e unha.</p> <p><i>Alicujus rei imaginem, rudibus lineamentis deformare.</i> Vitruvius.</p> <p>Delineamento pelo maior ou</p>	2	317	

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	feito grosseiramente; minuta ou bosquejo para depois se esboçar e estudar.			
33. Rasgunho	(ant.) V. <i>Rascunho</i> .	2	318	
34. Risco	O mesmo que CROQUI. Antigamente, no entanto, o termo era usado como sinônimo de PROJETO, isto é, designava o desenho original concebido pelo arquiteto ou mestre de obras.	1	414	
35. Risco	s. m. a mesma origem, linha, traço feito com lapis ou outro instrumento. Toma-se também em concreto, significando o projecto em desenho de uma qualquer obra de arte. <i>Risco</i> de um palacio, - de uma cidade, - de uma figura, etc.	2	330	
36. Vista	Plano, no sentido de projeto geralmente empregado como sinônimo de fachada, elevação, etc. Com mais	1	472	

Quadro 02: Fragmento da tabela com o levantamento dos termos definidos.				
TERMO	DEFINIÇÃO	FONTE	P.	OUTRAS LÍNGUAS
	frequência nos desenhos industriais, como o de móveis, por exemplo quando se diz “Vista lateral”, etc.			

Delimitamos a abrangência deste trabalho às espécies e tipos documentais ligados à construção civil, às técnicas de reprografia típicas destes documentos e a seus estágios de elaboração.

A partir do cotejo dos dados reunidos, será redigido o verbete final que será autoral. Contará com os termos equivalentes em outras línguas, com remissivas para termos preferenciais e para aqueles que foram usados em outras épocas.

Por conta da especificidade dos documentos da área, que são em sua maior parte do **gênero iconográfico**²⁴, alguns verbetes serão ilustrados, de forma a facilitar a identificação do documento. Acreditamos que esse esforço seja de vital importância, uma vez que este trabalho se propõe a ser um recurso de pesquisa que poderá ser utilizado por profissionais que não têm familiaridade com tal documentação.

Para a maior parte das ilustrações, utilizaremos documentos cedidos pelo Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado” e pelos escritórios de arquitetura e urbanismo Kseib e Suniga Arquitetos Associados e Estúdio+1. Do site das fundações que contém a

²⁴ Entendemos gênero como a reunião de espécies documentais que se assemelham por suas características essenciais, principalmente o suporte e o formato e que muitas vezes exigem processamento técnico específico (DICIONÁRIO, 2005).

custódia dos arquivos pessoais de Oscar Niemeyer e Lina Bo Bardi coletamos documentos presentes somente nesse tipo de arquivo. Falemos agora sobre a estrutura adotada na constituição do glossário.

3.2. Estrutura do glossário

No que concerne à organização dos verbetes neste trabalho, eles serão dispostos em ordem alfabética, pela maior praticidade na busca de termos neste formato. Não haverá diferenciação, no corpo do glossário, entre tipos documentais, espécies, técnicas de reprografia e estágios de elaboração do documento. Esta divisão será feita ao fim do glossário, através de listas temáticas.

O termo a ser definido aparecerá em negrito e em caixa baixa, salvo nomes próprios e siglas. A maior parte dos verbetes contará também com a forma equivalente do termo em espanhol, inglês, italiano e francês. Estes termos aparecerão no final do verbete como **Termo(s) equivalente(s)**.

Outro ponto importante na organização deste glossário, visando não haver ambiguidade, é o sistema de remissivas adotado, apresentado abaixo. Este sistema possibilita que as definições de verbetes equivalentes apareçam uma única vez no glossário, ao mesmo tempo em que permite que o pesquisador encontre a definição desejada, mesmo que ele não busque, num primeiro momento, pelo termo preferencial adotado, já que um mesmo documento pode apresentar diversas nomenclaturas.

Neste glossário, todas as remissivas se dão por conta de termos sinônimos, que podem ter coexistido ou ter sido utilizados em tempos históricos diferentes.

O sistema de remissivas consistirá no emprego da indicação **use** nos termos que não foram desdobrados em verbetes, remetendo sempre ao termo preferencial, único que possui definição e ilustração. No caso de termos que se transformaram com o passar do tempo, optamos por definir sempre aquele utilizado atualmente, e nos que já caíram em desuso, apontar o período no qual ele foi utilizado junto com a remissiva para o outro termo corrente.

Algumas vezes, as palavras permanecem com o mesmo sentido, porém com outras grafias ao longo do tempo. Manteremos a forma atual da palavra e no verbete incluiremos a grafia anterior.

Fórmula:

termo + indicação temporal + remissiva **use** + termo preferencial

Exemplo:

alçado

Termo comumente utilizado em documentos produzidos entre o século XIX e a metade do século XX.

Use: elevação.

No verbete do termo preferencial, utilizaremos a remissiva **usado para** indicando todos os termos que possuem a mesma definição do termo principal.

Exemplo:**elevação**

Representação gráfica ortogonal da parte externa do edifício, com as laterais, a frente ou os fundos em suas dimensões verticais e horizontais.

Usado para: alçado, fachada, orthographia e vista.

Termo(s) equivalente(s): alzado (italiano e espanhol); éleée (francês); a raised (inglês).

O glossário contará com quatro índices para facilitar a consulta de pesquisadores que partem do termo em outro idioma e desejam conhecer a forma equivalente em língua portuguesa: índice de unidades terminológicas espanhol-português, índice de unidades terminológicas francês-português, índice de unidades terminológicas inglês-português e índice de unidades terminológicas italiano-português. Em cada um deles existirão duas colunas, a primeira com o termo na língua estrangeira e a segunda com o seu equivalente em português.

Por fim, sempre que um termo do glossário aparecer em outro verbete, ele aparecerá em negrito, para que o pesquisador saiba que este também está definido em nosso glossário. No exemplo abaixo, vemos o termo planta dentro do verbete corte.

Exemplo:**corte**

Representação gráfica da seção vertical imaginária de uma construção ou de uma peça, com o intuito de complementar as informações da **planta**,

apresentando as relações entre os diferentes níveis da construção, altura de cada a parte a ser construída, encontros entre estruturas e vedações, etc. O corte deve ser indicado na **planta**, apresentando a orientação adotada, que pode ser tanto transversal, de uma lateral a outra, quanto longitudinal, da frente para os fundos.

Usado para: ciografia, secção, schiographia e shiagraphia.

Termo(s) equivalente(s): cóрте (espanhol); coupe (francês); cross section/longitudinal section (inglês);

3.3. Seleção dos termos

Com base em trabalhos da área da construção, na legislação e em normas técnicas, foram selecionados 147 termos. Muitos dos termos escolhidos são compostos por mais de uma unidade lexical, ou seja, formados por mais de uma palavra. Dessa relação de termos, 56 são entradas sem verbete definido, visto que remetem a termos preferenciais, conforme demonstrado na tabela abaixo.

TERMOS REMISSIVOS	TERMOS PREFERENCIAIS
alçado	elevação
alinhamento	alvará de alinhamento
alvará de execução	alvará de construção
alvará de regularização	auto de regularização
arruamento	auto de arruamento
boceto	esboço
borrador	caderno de esboço
bosquejo	croqui

TERMOS REMISSIVOS	TERMOS PREFERENCIAIS
calque	calco
certificado de conclusão de obra	auto de conclusão de obra
certificado de regularização	auto de regularização
ciografia	corte
blue print	cianotipia
debuxo	esboço
delineamento	esboço
desenho-mestre	desenho-modelo
diretrizes de projeto	memorial descritivo
discriminação técnica	caderno de especificações técnicas
esboceto	esboço
escorço	perspectiva
esquiça	esboço
esquisso	esboço
fachada	elevação
ficha técnica	caderno de especificações técnicas
fluxograma de deslocamento	esquema de circulação
gráfico de circulação	esquema de circulação
guia de especificação	caderno de especificações técnicas
habite-se	auto de conclusão de obra
icnografia	planta
imprompto	esboço
lei do zoneamento	lei de parcelamento, uso e ocupação do solo
madinatura	croqui
mapa das pranchas do projeto	lista de projeto
modelo	maquete
monteia	planta
nivelamento	alvará de nivelamento
orthographia	elevação
perspectiva	neorama
plano	planta

TERMOS REMISSIVOS	TERMOS PREFERENCIAIS
plano de retalhamento da quadra em lotes	planta de loteamento
planta baixa	planta
planta de edificação	planta
planta de locação	planta de implantação
planta de localização	planta de implantação
planta de orientação	planta de situação
projeto de fundação	projeto estrutural
rabisco	esboço
rascunho	esboço
registro de imóvel	matrícula de registro de imóvel
relatório do método construtivo e materiais de acabamento	memorial descritivo
risco	croqui
secção	corte
schizophia	corte
shiagraphia	corte
título de propriedade	matrícula de registro de imóvel
vista	elevação

Quadro 3: Lista de termos remissivos.

3.4. Verbetes

alçado

Termo comumente utilizado em documentos produzidos entre o século XIX e a metade do século XX.

Use: elevação.

alinhamento

Use: alvará de alinhamento.

alvará de alinhamento

Documento produzido pelo município que determina o limite frontal do imóvel do terreno particular com a via pública. Foi um dos primeiros documentos exigidos pelo poder público para a aprovação de projetos particulares. Muitas vezes é expedido junto com o **alvará de nivelamento**.

alvará de aprovação

Documento produzido pelo município que licencia o **projeto legal** de uma obra. A validade desse alvará é de um ano a partir da data de aprovação.

alvará de construção

Documento produzido pelo município que autoriza ao requerente o início da obra. Certifica que a construção segue os parâmetros e normas estabelecidos e por isso pode ser executada. Resultado da aprovação do **projeto legal**.

Usado para: alvará de execução.

Termo(s) equivalente(s): permiso de construcción (espanhol); permis de construire (francês); building permits (inglês); licenza edilizia (italiano);

alvará de execução

Use: alvará de construção.

alvará de licença para residências unifamiliares

Documento textual produzido pelo município que autoriza a execução de obra nova ou reforma de uma residência unifamiliar.

alvará de nivelamento

Documento produzido pelo município que fornece ao proprietário de um terreno em uma rua não pavimentada o nivelamento da futura pavimentação. Muitas vezes é expedido junto com o **alvará de alinhamento**.

Usado para: nivelamento.

alvará de regularização

Use: auto de regularização.

ampliação

Documento coletivo composto por planta, cortes e vistas com maior nível de detalhe, comumente apresentado na escala 1:20 ou 1:25. Defendemos também que é possível agregar a esta espécie seu tipo, como por exemplo: ampliação de áreas molhadas, ampliação de bancadas, ampliação de caixilhos, etc.

Figura 10: Ampliação de bancada
Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados

Figura 11: Ampliação de portas e caixilhos
Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados

anteprojeto

Etapa intermediária para o desenvolvimento do **projeto arquitetônico**. Consiste na evolução do **estudo preliminar**, atribuindo-se a ele maior nível de detalhes e informações. É formado pelo conjunto de **plantas, cortes e elevações**, geralmente numa escala mais aproximada do que o **estudo preliminar**. Nessa etapa podem ser apresentadas também as primeiras versões de **plantas de acabamentos, ampliações** e de projetos complementares, como elétrica e hidráulica.

Termo(s) equivalente(s): proyecto preliminar (espanhol); ante-project (francês); preliminary project (inglês); ante-proponimento (italiano);

arruamento

Usar: auto de arruamento.

auto de arruamento

Atestado emitido pela Prefeitura local declarando que o imóvel, seja casa ou edifício, residencial ou comercial, cumpre as normas de alinhamento, nivelamento e de gabarito previstas.

Usado para: arruamento.

auto de conclusão de obra

Atestado emitido pela Prefeitura local declarando que o imóvel, seja casa ou edifício, residencial ou comercial, está pronto para ser habitado. É emitido tanto para construções novas quanto para reformas, para comprovar que as normas estabelecidas pelo município, especialmente o Código de Obras, foram atendidas. É obrigatório por lei.

Usado para: certificado de conclusão de obra e habite-se.

auto de regularização

Atestado emitido pelo município no momento da conclusão de uma obra ou serviço executado sem prévia licença da prefeitura.

Usado para: alvará de regularização e certificado de regularização.

auto de verificação de segurança

Atestado emitido pela prefeitura que assegura as condições de segurança de uma edificação já construída que não tenha passado por alterações. É necessário para empresas de grande porte ou que desenvolvam atividades com riscos específicos.

auto de vistoria do Corpo de Bombeiros

Atestado emitido pela Polícia Militar que assegura que a construção atende as medidas de segurança contra incêndio previstas na legislação. Não é vitalício, estabelece sempre um período de revalidação. É exigido para: construção e reforma, modificação do uso ou da ocupação da edificação, amplificação da área construída, construções provisórias (principalmente para eventos) e para a regularização das edificações.

blue print

Use: cópia heliográfica.

boceto

Termo comumente usado entre o século XIX e o XX.

Use: esboço.

borrador

Termo comumente usado entre o século XIX e XX.

Use: caderno de esboço.

bosquejo

Termo comumente usado entre o século XIX e o XX.

Use: croqui.

caderno de encargos

Documento textual que contém os critérios, especificações técnicas, condições e procedimentos estabelecidos entre o contratante e o prestador de serviço para a execução, fiscalização e controle de uma obra. É utilizado em obras públicas e particulares muitas vezes é acompanhado do **caderno de especificações técnicas**. Se difere desse último por abordar de maneira mais geral as ações a serem executadas.

Termos equivalente(s): pliego de condiciones (espanhol); cahier des charges (francês); schedule of conditions (inglês); capitolato d'oneri (italiano);

caderno de esboço

Livro ou caderno que reúne o conjunto de **esboços** de uma ou mais obras de determinado arquiteto. Encontrado comumente nos arquivos pessoais. Antes do século XX nomeado normalmente como **borrador**.

Termos equivalente(s): cuaderno de bocetos (espanhol); carnet de croquis (francês); sketchbook (inglês); quaderni di schizzi (italiano);

caderno de especificações técnicas

Documento textual que pormenoriza de forma completa e em ordem de execução, os materiais e procedimentos que serão adotados na obra.

Complementa a parte gráfica do projeto. Muitas vezes acompanha o **caderno de encargos** que não possui tanto detalhamento.

Usado para: discriminação técnica, ficha técnica e guia de especificação.

Termos equivalente(s): especificaciones técnicas (espanhol); spécifications techniques (francês); technical specifications (inglês); specifiche tecniche (italiano);

calco

Técnica de reprodução de elemento gráfico que consiste em sobrepor um papel transparente ao documento a ser copiado e seguir os traços do original com um lápis ou pena. Muito utilizada antes do século XX para a cópia de documentos iconográficos arquitetônicos.

Usado para: calque.

calque

Use: calco.

carta de data

Documento textual no qual a prefeitura transfere o direito de uso de terreno do Patrimônio Municipal para particulares. No século XIX era o modo através do qual eram adquiridos os terrenos. Constam nesse documento comumente, a metragem dos terrenos, sua localização e o tempo para que algo seja construído neste espaço. Ainda hoje é um instrumento legal válido e utilizado.

certificado de acessibilidade

Documento textual emitido pela prefeitura que comprova que uma edificação é adequada para o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiência.

Termo(s) equivalente(s): certificado de accesibilidad (espanhol); certificat d'accessibilit (francs); accessibility certificate (ingls); certificato di accessibilit (italiano);

certificado de concluso de obra

Use: auto de concluso de obra.

certificado de mudana de uso

Documento textual emitido pela prefeitura que autoriza a mudana de uso da edificao existente. Para que esse documento seja espedido necessrio que as diretrizes da **lei de parcelamento, uso e ocupao do solo** sejam obedecidas.

certificado de regularizao

Use: auto de regularizao.

cianotipia

Forma de reproduo qumica que utiliza dois compostos qumicos: citrato de amnio e ferro (III) e ferricianeto de potssio. Esse processo foi comumente empregado por profissionais da construo civil durante os sculos XIX e XX para reproduzir cpias de projetos chamada **cpia heliogrfica**.

Usado para: blue print.

[illegible]

cianótipo

ciografia

código de obras

88

Dispõe sobre questões como salubridade e segurança e permite a administração municipal o controle e fiscalização não só da obra a ser executada, mas de seu entorno.

Figura 13: Capa do Código de Obras e Edificações ilustrado da cidade de São Paulo.
Fonte: Disponível em: <https://www.secovi.com.br/noticias/prefeitura-de-sao-paulo-publica-codigo-de-obras-e-edificacoes-em-versao-ilustrada/13560>. Acesso em: 20 jan. 2021.

código de posturas

Conjunto de leis com um escopo bastante amplo que surgiu no Brasil durante o período imperial. Têm o intuito de padronizar o comportamento dos habitantes e a ocupação e funcionamento do espaço público. Com a complexificação da legislação surgem outros conjuntos de leis e esse perde algumas das suas funções. Regula ainda hoje o uso do espaço urbano pelos cidadãos.

contraprojeto

Projeto que contradiz ou anula o projeto original.

cópia heliográfica

Resultante do processo de **cianotipia**, as mais antigas apresentam um fundo azul com linhas brancas e as mais recentes linhas azuis em fundo branco.

Usado para: blue print.

Figura 14: Cópia heliográfica

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”. Processo 030 de 1933.

corte

Representação gráfica da seção vertical imaginária de uma construção ou de uma peça, com o intuito de complementar as informações da **planta**, apresentando as relações entre os diferentes níveis da construção, altura de cada a parte a ser construída, encontros entre estruturas e vedações, etc. O corte deve ser indicado na **planta**, apresentando a orientação adotada, que pode

ser tanto transversal, de uma lateral a outra, quanto longitudinal, da frente para os fundos.

Usado para: ciografia, secção, schiographia e shiagraphia.

Termo(s) equivalente(s): córte (espanhol); coupe (francês); cross section/longitudinal section (inglês);

Figura 15: Corte produzido manualmente

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó”. Processo 068 de 1947.

Figura 16: Corte produzido por software

Fonte: Kseib Suniga Arquitetos Associados

croqui

Representação gráfica dos primeiros estudos do **projeto** a ser executado. Como possui este caráter inicial, não possui alguns cuidados com a precisão e a escala, presentes nos documentos finais. Comumente não possui grandes correspondências com a obra final, sendo desta maneira o único registro da ideia inicial do projetista. Os primeiros documentos deste tipo datam do século XIX.

Usado para: madinatura e risco.

Termo(s) equivalente(s): bosquejo (espanhol); esquisse (francês); sketch (inglês); abbozzo (italiano);

Figura 17: Croqui de auditório na Praça dos Três Poderes

Fonte: Fundação Oscar Niemeyer. Disponível em: <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro541>. Acesso em: 14 jan. 2021.

debuxo

Nomenclatura muito utilizada do final do século XIX até o final do século XX.

Use: esboço

delineamento

Use: esboço.

desenho arquitetônico

Uma das áreas do desenho técnico voltada para a representação de **projetos** arquitetônicos.

Termo(s) equivalente(s): diseño arquitectonico (espanhol); conception architecturale (francês); architectural design (inglês); progettazione architettonica (italiano);

desenho-mestre

Use: desenho-modelo

desenho-modelo

Desenho usado como base para a produção de cópias através dos diferentes processos de reprodução. Muito utilizado até o final do século XX antes do advento do sistema CAD que permitiu a informatização para replicar a documentação arquitetônica.

Usado para: desenho-mestre

detalhe

Representação gráfica em uma escala maior de uma parte do **projeto** com o intuito de pormenorizar determinado elemento. Frequentemente utilizado para corrimão, guarda-corpo, escadas, esquadrias e caixilhos, podendo ser utilizado para qualquer outra parte. Comumente apresentado em escalas mais aproximadas, como 1:5 ou 1:2.

Termo(s) equivalente(s): detalle (espanhol); détail (francês); detail (inglês);
dettaglio (italiano);

Figura 18: Detalhe de piso
Fonte: Fábio Xavier.

diazotipo

Forma de reprodução fotoquímica que se dá através da aplicação de uma solução que possui um diazocomposto em uma superfície. Esse composto ao ser exposto a luz se decompõe, as partes não expostas a luz se convertem em um desenho comumente azul. Utilizado para a reprodução de documentos da construção civil durante os séculos XIX e XX para reproduzir cópias de **projetos**.

Termo(s) equivalente(s): whiteprint (inglês);

diretrizes de projeto

Use: memorial descritivo.

discriminação técnica

Use: caderno de especificações técnicas.

elevação

Representação gráfica ortogonal da parte externa do edifício, com as laterais, a frente ou os fundos em suas dimensões verticais e horizontais.

Usado para: alçado, fachada, orthographia e vista.

Termo(s) equivalente(s): alzado (italiano e espanhol); élevée (francês); a raised (inglês).

Figura 19: Elevação produzida manualmente

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”. Processo 004 de 1933.

Figura 20: Elevação produzida por software
Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados

esboceto

Use: esboço.

esboço

Primeira representação gráfica executada pelo projetista, para demonstrar em linguagem gráfica suas ideias. Antecede o **croqui**, uma vez que este já possui mais elementos da obra a ser executada.

Usado para: boceto, delineamento, esquiça, esquiça, esquizo, imprompto, rabisco e risco.

Termo(s) equivalente(s): esquiça (espanhol); bauche (francês); draft (inglês); schema (italiano);

Figura 21: Esboço do Centro de Convivência LBA

Fonte: Lina Bo Bardi / Marcelo Ferraz / Marcelo Suzuki. Disponível em: http://institutobardi.com.br/ficha_desenho.asp?Desenho_Codigo=4353. Acesso em: 14 jan. 2021.

escorço

Nomenclatura utilizada comumente no século XIX.

Use: perspectiva.

escritura de imóvel

Documento lavrado por um tabelião do Cartório de Notas, que oficializa as obrigações das partes envolvidas na negociação de um imóvel. Legaliza os acordos feitos entre vendedor e comprador e por isso nela está especificado tudo

o que foi decidido como: valor do imóvel, forma de pagamento e data da celebração do contrato.

Termo(s) equivalente(s): título de propiedad (espanhol); titre de propriété (francês); property deed (inglês); atto di proprietà (italiano);

esquema de circulação

Representação visual esquemática com o intuito de apresentar as possibilidades de circulação das pessoas dentro dos projetos a serem executados.

Usado para: fluxograma de deslocamento e gráfico de circulação.

Figura 22: Esquema de circulação
Fonte: Estúdio+1

esquiça

Use: esboço.

esquisso

Termo muito utilizado no século XIX. Apresenta variações na grafia ao longo do tempo, muitas vezes escrito com a letra z (esquizo).

Use: esboço.

estudo de viabilidade

Relatório que dispõe sobre a viabilidade da implantação de determinada obra. Leva em consideração: processo de separação e triagem dos terrenos, estudo das normas, leis e regulamentos para a localidade, análise do espaço escolhido e a verificação se existe oferta na região e quais são seus nichos de mercado.

estudo econômico e financeiro

Relatório textual que dispõe sobre a viabilidade econômica da implantação de determinada obra. Envolve uma série de análises sobre o mercado com o intuito de entender se o projeto é viável para ser executado.

estudo preliminar

Uma das etapas do projeto arquitetônico que tem como objetivo conhecer os fatores que incidem sobre o território onde a obra será executada. Relaciona fatores naturais como, orientação solar no local do projeto, incidência de correntes de vento, existência de fontes de ruídos sonoros, oportunidade visuais que o lote dispõe com o **programa de necessidades** apresentado pelo proprietário.

Termo(s) equivalente(s): estudio preliminar (espanhol); étude préliminaire (francês); preliminary study (inglês); studio preliminare (italiano);

estudo volumétrico

Representação tridimensional de determinado edifício com o intuito de compreender a combinação e harmonização de seus volumes, incluindo seus agregados e terra a ser removida ou colocada. Antes da informatização da arquitetura, esse estudo era feito através de modelos físicos e esboços de **maquetes**. Após esse processo, ele é comumente feito através de **maquetes** digitais.

Figura 23: Estudo volumétrico
Fonte: Fábio Xavier.

fachada

Use: elevação.

Termos equivalente(s): fachada (espanhol); façade (francês); front (inglês);
facciata (italiano);

ficha técnica

Use: caderno de especificações técnicas.

ficha técnica de loteamento

Formulário que contém as especificações técnicas de uma área loteada. Principais informações apresentadas: número de lotes, tamanho dos lotes, responsáveis pelo desenho arquitetônico, paisagístico e também pela estrutura e infraestrutura do loteamento. Comumente acompanhada da **planta de loteamento**.

fotogrametria

Técnica de tirar fotografias aéreas seguidas com o intuito de retratar as dimensões e posições do terreno a ser tratado. As medidas são obtidas pela intersecção das fotografias métricas tiradas. Usada na construção civil mesmo antes da invenção da fotografia. Existem trabalhos a respeito da fotogrametria desde o início do século XIX.

fluxograma de deslocamento

Use: esquema de circulação.

gráfico de circulação

Use: esquema de circulação.

guia de especificação

Use: caderno de especificações técnicas.

habite-se

Use: auto de conclusão de obra.

heliografia

Forma de reprodução fotomecânica que no princípio utilizava a luz solar para a cópia. A partir do século XX, a técnica passou a ser desenvolvida com lâmpadas de mercúrio. O papel empregado para a cópia deve ser sensível a luz solar. Técnica comumente usada para a cópia de documentos da construção civil, por conta do seu grande formato. As cópias heliográficas tendem a adquirir a coloração azul no fundo.

Termo(s) equivalente(s): heliografia (espanhol); héliographie (francês); heliography (inglês); eliografia (italiano);

icnografia

Use: planta.

imprompto

Use: esboço.

lei de parcelamento, uso e ocupação do solo

Legislação que regula a ação pública e privada nas formas de uso do solo da cidade. Dispõe sobre os critérios que devem ser empregados para edificar no município, como os coeficientes de aproveitamento do terreno, recuos e taxas de ocupação permitidas.

Usado para: lei de zoneamento.

lei de zoneamento

Use: lei de parcelamento, uso e ocupação do solo.

levantamento altimétrico

Representação gráfica da projeção horizontal de um terreno que tem como objetivo apresentar as alturas encontradas nele, registrando seu grau de declividade. Sua principal função é representar o relevo de determinada área. Comumente é desenvolvido juntamente com o **levantamento planimétrico**.

levantamento arbóreo

Listagem qualitativa e quantitativa de espécies arbóreas de determinado local. As árvores que serão consideradas nesse levantamento variam de acordo com a legislação municipal. Obrigatório quando é necessário derrubar árvores para a implantação de uma obra.

Figura 24: levantamento arbóreo
Fonte: Estúdio+1

levantamento planimétrico

Representação gráfica da projeção horizontal de uma área que tem como objetivo medir suas projeções horizontais. Sua principal função é determinar os limites de um terreno. Comumente é desenvolvido juntamente com o **levantamento altimétrico**.

levantamento planialtimétrico

Representação gráfica da projeção horizontal de uma área que visa obter com precisão os pontos notáveis e acidentes geográficos de determinado terreno. Contém tanto informações relativas às alturas do relevo, quanto suas projeções horizontais, sendo um mapeamento mais completo que os **levantamentos altimétrico e planimétrico**.

Figura 25: levantamento planialtimétrico
Fonte: Estúdio+1

lista de projeto

Tabela na qual estão expressos os documentos que compõem o projeto e a ordem na qual eles estão organizados. Assemelha-se ao índice, na medida que viabiliza a localização rápida de determinado componente do projeto.

Usado para: mapa das pranchas de projeto

MAPA DAS PRANCHAS DE PROJETO						
FASE: EXECUTIVO						
SÉRIE DO DESENHO	TÍTULO DO DESENHO	FOLHA Nº	NOMENCLATURA ARQUIVO	REV.	EXTENS	ESCALA
MAPLE BEAR VILA NOVA CONCEIÇÃO						
1	DEMOLIÇÃO	ARQ EX 101	1901-KSAA-ARQ-EX-101-DEMOLIR	R00	DWG	1:50
2	ELEVAÇÃO GERAL	ARQ EX 102	1901-KSAA-ARQ-EX-102-ELEVAÇÃO	R01	DWG	1:50
3	PLANTA NÍVEL 01	ARQ EX 103	1901-KSAA-ARQ-EX-103-PLA	R00	DWG	1:50
4	PLANTA NÍVEL 02	ARQ EX 104	1901-KSAA-ARQ-EX-104-PLA	R00	DWG	1:50
5	PLANTA NÍVEL 03	ARQ EX 105	1901-KSAA-ARQ-EX-105-PLA	R00	DWG	1:50
SÉRIE 100 - FACHADA	CORTE A-A	ARQ EX 106	1901-KSAA-ARQ-EX-106-CTEA	R01	DWG	1:50
	CORTE B-B	ARQ EX 107	1901-KSAA-ARQ-EX-107-CTEB	R00	DWG	1:50
	CORTE C-C	ARQ EX 108	1901-KSAA-ARQ-EX-108-CTEC	R01	DWG	1:50
	AMPLIAÇÃO BRISE	ARQ EX 109	1901-KSAA-ARQ-EX-109-AMP	R01	DWG	1:25
	AMPLIAÇÃO BRISE	ARQ EX 110	1901-KSAA-ARQ-EX-110-AMP	R00	DWG	1:25
	AMPLIAÇÃO BRISE	ARQ EX 111	1901-KSAA-ARQ-EX-111-AMP	R00	DWG	1:25
	AMPLIAÇÃO BRISE	ARQ EX 112	1901-KSAA-ARQ-EX-112-AMP	R00	DWG	1:25
	SÉRIE 200 - CALÇADA	PLANTA DE PISO	ARQ EX 201	1901-KSAA-ARQ-EX-201-PLA-CAL	R00	DWG
14	CONSTRUIR E DEMOLIR	ARQ EX 301	1901-KSAA-ARQ-EX-301-DEM	R00	DWG	1:50
15	PLANTA DE ACABAMENTOS	ARQ EX 302	1901-KSAA-ARQ-EX-302-ACA	R00	DWG	1:50
SÉRIE 300 - RECEPÇÃO	PLANTA DE FORRO/I/LU	ARQ EX 303	1901-KSAA-ARQ-EX-303-FOR	R00	DWG	1:50
	PLANTA DE ELÉTRICA	ARQ EX 304	1901-KSAA-ARQ-EX-304-ELE	R00	DWG	1:50
	PLANTA DE LAYOUT	ARQ EX 305	1901-KSAA-ARQ-EX-305-LAY	R00	DWG	1:50
	CORTE A-A / B-B	ARQ EX 306	1901-KSAA-ARQ-EX-306-CTE	R00	DWG	1:50
	CONSTRUIR E DEMOLIR	ARQ EX 401	1901-KSAA-ARQ-EX-401-DEM	R00	DWG	1:50
SÉRIE 400 - PÁTIO COBERTO E SALA DE AULA	PLANTA DE PISO	ARQ EX 402	1901-KSAA-ARQ-EX-402-PIS	R00	DWG	1:50
	PLANTA DE FORRO/I/LU	ARQ EX 403	1901-KSAA-ARQ-EX-403-FOR	R00	DWG	1:50
	PLANTA DE ELÉTRICA	ARQ EX 404	1901-KSAA-ARQ-EX-404-ELE	R00	DWG	1:50
	PLANTA DE LAYOUT	ARQ EX 405	1901-KSAA-ARQ-EX-405-LAY	R00	DWG	1:50
	CORTE A-A / B-B / C-C / D-D	ARQ EX 406	1901-KSAA-ARQ-EX-406-CTE	R00	DWG	1:50
	COBERTURA	ARQ EX 407	1901-KSAA-ARQ-EX-407-COB	R00	DWG	1:50
	SÉRIE 500 - ACESSO	CONSTRUIR E DEMOLIR	ARQ EX 501	1901-KSAA-ARQ-EX-501-DEM	R00	DWG
29	CORTE B-B / C-C	ARQ EX 502	1901-KSAA-ARQ-EX-502-CTE	R00	DWG	1:50
30	REUNIÃO - MA-01 E MA-02	ARQ EX 601	1901-KSAA-ARQ-EX-601-MAR	R00	DWG	1:25
31	COORDENAÇÃO - MA-03 E MA-04	ARQ EX 602	1901-KSAA-ARQ-EX-602-MAR	R00	DWG	1:25
32	COORDENAÇÃO - MA-05 E MA-06	ARQ EX 603	1901-KSAA-ARQ-EX-603-MAR	R00	DWG	1:25
SÉRIE 600 - MARCENARIA	COORD. E RECEPÇÃO - MA-07 E MA-08	ARQ EX 604	1901-KSAA-ARQ-EX-604-MAR	R00	DWG	1:25
	RECEPÇÃO - MA-08	ARQ EX 605	1901-KSAA-ARQ-EX-605-MAR	R00	DWG	1:25
	LAVATÓRIO - SALA DE AULA	ARQ EX 606	1901-KSAA-ARQ-EX-606-MAR	R00	DWG	1:25
	ELEM. DE TRANSIÇÃO - CORREDOR	ARQ EX 607	1901-KSAA-ARQ-EX-607-MAR	R00	DWG	1:25
SÉRIE 700 - VISTAS E AMPLIAÇÕES	VISTAS PINTURA - COORDENAÇÃO	ARQ EX 701	1901-KSAA-ARQ-EX-701-ELV-COO	R00	DWG	1:25
	VISTAS PINTURA - PÁTIO	ARQ EX 702	1901-KSAA-ARQ-EX-702-ELV-PAT	R00	DWG	1:25
	CORREDOR INFANTIL E LAVATÓRIO	ARQ EX 703	1901-KSAA-ARQ-EX-703-ELV-COR	R00	DWG	1:25
	PORTAS PT-01 E PT-02	ARQ EX 704	1901-KSAA-ARQ-EX-704-AMP-CXO	R00	DWG	1:25
	PORTAS PT-03 E PT-04	ARQ EX 705	1901-KSAA-ARQ-EX-705-AMP-CXO	R00	DWG	1:25
	PORTAS PT-05 E PT-06	ARQ EX 706	1901-KSAA-ARQ-EX-706-AMP-CXO	R00	DWG	1:25
	PORTAS PA-01 E PA-02	ARQ EX 707	1901-KSAA-ARQ-EX-707-AMP-CXO	R00	DWG	1:25
	PORTA PA-03 E CAIXILHOS	ARQ EX 708	1901-KSAA-ARQ-EX-708-AMP-CXO	R00	DWG	1:25
	ESCADA SALA INFANTIL	ARQ EX 709	1901-KSAA-ARQ-EX-709-AMP-ESC	R00	DWG	1:25

Figura 26: lista de projeto

Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados

madinatura

Termo muito utilizado até o início do século XX.

Use: croqui.

mapa

Representação gráfica reduzida, que pode ser executada em escala ou não, de uma determinada localidade. Muito utilizado pelos profissionais da construção civil, principalmente pelos urbanistas que projetam em uma escala maior, para desenvolver seus projetos.

Termo(s) equivalente(s): plano (espanhol); carte (francês); map (inglês); carta geográfica (italiano);

Figura 27: mapa das subprefeituras da cidade de São Paulo.

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapa/index.php?p=250449>. Acesso em: 14 fev. 2021.

mapa topográfico

Representação gráfica em escala reduzida de determinada localidade com o intuito de detalhar seu relevo natural e artificial. Atualmente é produzido através da determinação das curvas de nível, porém no passado outras técnicas foram utilizadas para a sua confecção.

Usado para: topografia.

Termo(s) equivalente(s): plano topográfico (espanhol); carte topographique (francês); topographic map (inglês); carta topografica (italiano);

Figura 29: mapa topográfico

Fonte: Geosampa.

maquete

Representação em escala reduzida e em três dimensões de uma obra, estrutura ou objeto. Até o início do século XXI era produzida comumente de madeira, podendo ser composta de outros materiais. Com a informatização passou a ser, na maior parte dos casos, virtual.

Usado para: modelo.

Termo(s) equivalente(s): maqueta (espanhol); maquette (francês); mockup (inglês); modelo (italiano);

Figura 30: maquete produzida por software de computador
Fonte: Fábio Xavier.

Figura 31: maquete produzida manualmente
Fonte: Disponível em: <http://www.gruposp.arq.br/?p=4553>. Acesso em: 10 mar. 2021.

matrícula de registro de imóvel

Certidão emitida no Cartório de Registro de Imóveis que tem como objetivo individualizar um imóvel. Consta nela dados primordiais para a identificação jurídica do bem, como por exemplo, localização, qualificação dos proprietários (se pessoa física ou jurídica), alterações ocorridas, transações de compra e venda (registro), inventários, doações, hipotecas/alienações fiduciárias, desmembramentos, desapropriações, ações judiciais e usufruto. A matrícula contém também o histórico das **escrituras de imóvel** já produzidas por ocorrência da mudança de proprietário.

Usado para: registro de imóvel e título de propriedade.

memorial descritivo

Documento textual que detalha o projeto a ser realizado. Consta no memorial o detalhe de cada etapa da construção. Comumente ele apresenta: localização da obra, proprietário, conceituação do projeto, normas adotadas para a realização dos cálculos, ordem das atividades a serem desenvolvidas, premissas básicas adotadas durante o projeto, alvenaria, estruturas, cobertura, tratamento e impermeabilizações, soleiras e peitoris, acabamentos, instalações elétricas e hidráulicas, louças e metais, esquadrias, móveis, vidros e revestimentos. Compõe o **projeto executivo**.

Usado para: diretrizes de projeto, relatório do método construtivo e materiais de acabamento.

MEMORIAL DESCRITIVO

PROPRIETÁRIO : SAVÉRIO CASTELLANO

LOCALIZAÇÃO : Avenida 16 canto da rua 6

RUA E NÚMERO

CONSTRUTOR :

- 1 — A habitação será construída com material que não comprometa a sua salubridade e condições de higiene (art. 404).
- 2 — As paredes serão todas de tijolos, assentados com argamassa de cal e areia na proporção de 1 x 3. (art. 355).
- 3 — As paredes externas terão a espessura mínima de 0,30, (exceto para os puchados). (art. 405 e § único).
- 4 — O telhado será construído de madeira e coberto de telhas.
- 5 — O solo será impermeabilizado. (art. 349).
- 6 — Terá pé direito mínimo de: 3 metros
- 7 — Os dormitórios, sala de visitas, de refeições e escritório terão a área mínima de: 10 M2

- 8 — Em torno do prédio será feita uma faixa impermeável de 1 metro de largura mínima. (art. 350).
- 9 — O porão terá altura mínima de 0,50 (caso não haja porão será o soalho pregado em barrotes ou táboas imersas em concreto que impermeabiliza o solo. (art. 360).
- 10 — Todos os compartimentos da habitação terão aberturas para o exterior na proporção de 1/5 a 1/6 para os dormitórios e 1/6 a 1/8 para os outros compartimentos. (art. 365 C. S. e 24 da lei Mun. 142 - 143).
- 11 — Os dormitórios serão providos de venezianas. (art. 364).
- 12 — A cosinha terá a área mínima de: 7 M2 (art. 408).
- 13 — A cosinha terá o piso ladrilhado, paredes impermeabilizadas até 1,50 de altura, será provida de fogão, pia de ferro esmaltado, sinfonada e ligada à rede de esgotos. (art. 411 e 389).
- 14 — A cosinha não se comunicará diretamente com os dormitórios e latrina. (art. 410).
- 15 — A latrina interna terá a área mínima de 2 metros e a externa de 1,20 (art. 424 § 1.º)
- 16 — O banheiro terá a área mínima de 3,20 (art. 432 § 1.)
- 17 — A latrina em comum com o banheiro terá a área mínima de 4 metros. (art. 433).
- 18 — Os pisos do banheiro e latrina serão ladrilhados, e as paredes, impermeabilizadas até 1,50 de altura. (art. 425).
- 19 — A latrina e banheiro não terão comunicação direta com sala de jantar, cosinha, dormitórios ou mesmo, peças de habitação. (art. 446).
- 20 — O receptáculo da latrina será ligado à canalização estanque, com bacia ventilada por tubo de ferro galvanizado de 5 ctms. de diâmetro. (art. 427).
- 21 — O tanque de lavagem será construído sobre calçada cimentada, de fácil escoamento para as águas e terá ligação direta à rede de esgotos. (art. 381).
- 22 — O prédio depois de construído só será habitado com o «Habite-se» ou autorização por escrito da autoridade sanitária competente. (art. 402).

23 — OBSERVAÇÕES: Construção de um prédio residencial. Com exclusão da cosinha que será de acordo com o quesito nº 13, os cômodos serão atijolados e sem forro. O prédio será servido pelas redes de água e esgoto.

X *[assinatura]*

RIO CLARO,

Figura 32: memorial descritivo

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Pentead".
Processo 066 de 1947.

memorial justificativo

Documento textual através do qual o arquiteto expõe ao cliente as decisões tomadas por ele na elaboração do projeto. Distingue-se do **memorial descritivo** por apresentar as intenções do autor do projeto e não detalhar como a obra deve ser executada.

modelo

Use: maquete.

monteia

Termo muito utilizado até o século XX.

Use: planta.

neorama

Use: perspectiva.

nivelamento

Use: alvará de nivelamento.

orthographia

Use: elevação.

parecer técnico

Documento textual que contém a opinião, conselho ou esclarecimento técnico emitido por um profissional legalmente habilitado sobre assunto de sua

especialidade. Na construção civil, esse é um documento muito exigido para que sejam expedidos **alvarás** que dão prosseguimento ou início a obras.

Termo(s) equivalente(s): opinion técnica (espanhol); conseils techniques (francês); technical advice (inglês); consiglio técnico (italiano);

perfil longitudinal

Representação iconográfica do plano vertical de um terreno obtido através das diferenças de cotas. Ele é determinado ao longo do perímetro de uma poligonal (aberta ou fechada), ou, ao longo do seu maior afastamento. É perpendicular ao **perfil transversal**.

Figura 33: perfil longitudinal

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”.
Processo 042 de 1936.

perfil transversal

Representação iconográfica do plano vertical de um terreno obtido através das diferenças de cotas. Ele é determinado ao longo de uma faixa do terreno e perpendicularmente ao **perfil longitudinal**.

Figura 34: perfil transversal

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”.
Processo 042 de 1936.

perspectiva

Representação gráfica que visa reproduzir um objeto ou edificação a partir de determinado ponto de vista. Pode ser desenvolvido manualmente ou por meio da utilização de softwares de computação gráfica.

Usado para: neorama.

Figura 35: perspectiva produzida manualmente
Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”.
Processo 045 de 1936

Figura 36: perspectiva produzida por software de computador
Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados.

plano

Usar: planta.

plano de retalhamento da quadra em lotes

Termo muito utilizado no século XIX e início do século XX.

Use: planta de loteamento.

planta

Representação gráfica bidimensional da seção horizontal imaginária do interior de um edifício, terreno ou loteamento. Geralmente esse corte imaginário é feito à altura de 1,5 metros do piso, sendo assim possível abranger a abertura das portas e janelas. Defendemos também que é possível agregar a esta espécie

Termo(s) equivalente(s): plano (espanhol); plan (francês); planta (latim); plant (inglês); piano (italiano);

Use: planta.

planta de acabamentos

Planta que tem por finalidade especificar como serão executados os acabamentos de uma edificação. Nela, aparecem informações referentes ao piso, ao forro, às paredes e ao rodapé.

Figura 39: planta de acabamentos
Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados.

planta de climatização

Planta que tem por finalidade representar o modo como o ar-condicionado deve ser instalado na edificação.

planta de cobertura

Planta que tem por finalidade representar o modo como será executada a cobertura da edificação. Nela aparecem comumente, elementos do telhado, como cumeeira, espigão, beirais, rincão ou água furtada e contorno do beiral. Além dos elementos do telhado aparecem nela também: platibandas, chaminés, reservatórios, calhas e rufos. É obrigatória no **projeto legal**.

Figura 40: planta de cobertura
Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados.

planta de edificação

Use: planta.

Planta que tem por finalidade representar o modo como deve ser feita a evacuação da edificação em caso de emergência.

Planta que tem por finalidade especificar como será executado o forro de cada ambiente. Nela se identificam o desenho e área de cada forro, materialidade e nível, além do posicionamento de luminárias, equipamentos de ar-condicionado e outros elementos que possam interferir em sua execução.

planta de fundação

Planta que tem por finalidade representar o modo como deve ser executada a fundação da edificação. Define as características técnicas da estrutura que fica abaixo do solo, responsável por suportar todo o peso da edificação.

Figura 42: planta de fundação
Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados.

planta de implantação

Planta que tem por finalidade representar como deve acontecer a ocupação do projeto no lote.

Usado para: planta de locação e planta de localização.

Figura 43: planta de implantação produzida manualmente
Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Pentead”.
Processo 068 de 1947.

NORTE:

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO:

Figura 44: planta de implantação produzida com software de computador
Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados

planta de instalação elétrica

Planta que tem por finalidade representar o modo como deve ser executada toda a instalação elétrica da edificação. Apresenta os dispositivos e trajeto dos condutores em suas posições físicas de maneira precisa.

Figura 45: planta de instalação elétrica
Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados.

planta de instalação hidráulica

Planta que tem por finalidade representar o modo como deve ser executada toda a instalação hidráulica da edificação. Apresenta e detalha a posição e o dimensionamento de reservatórios, fossa séptica, bombas, tubulações e redes de distribuição (de esgoto, águas tratadas e pluviais).

planta de interiores

Use: planta de layout

planta de layout

Planta que tem por finalidade representar o modo como deve ser colocado o mobiliário dentro da edificação. Além disso, pode apresentar os revestimentos e acabamentos que devem ser executados.

Usado para: planta de interiores.

Figura 46: planta de layout
Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados.

planta de locação

Use: planta de implantação.

planta de localização

Use: planta de implantação.

planta de loteamento

Planta que tem por finalidade representar o modo como a área loteada foi dividida e organizada. Apresenta cada um dos lotes e dos aparelhos presentes no loteamento e sua localização.

Usado para: plano de retalhamento da quadra em lotes.

Figura 47: planta de loteamento

Fonte: Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/355784439294683419/>. Acesso em 14 mar. 2021.

planta de orientação

Use: planta de situação.

planta de paginação de pisos

Planta que tem por finalidade representar o modo como deve ser executado o desenho do piso de determinado ambiente. Apresenta os pisos a serem utilizados e a estratégia para fazer a instalação ou o assentamento da melhor forma possível, apontando no desenho o início da paginação e a direção que deve ser seguida para que as peças se encaixem adequadamente, além da colocação de rodapés.

Figura 48: planta de paginação de pisos

Fonte: Disponível em: <http://www.habitamos.com.br/como-fazer-paginacao-de-pisos-e-parede/>. Acesso em 14 mar. 2021.

planta de situação

Planta que tem por finalidade situar o imóvel em relação a rua em que está localizado e em relação aos outros imóveis que compõe sua quadra. Apresenta a orientação geográfica com o intuito de informar a posição que os raios solares incidirão sobre a construção.

Usado para: planta de orientação.

Figura 49: planta de situação

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Pentead".
Processo 068 de 1947.

planta estrutural

Planta que tem por finalidade representar o modo como deve ser executada a estrutura da edificação. Apresenta os elementos estruturais: fundação, pilares e vigas ou alvenaria estrutural e lajes.

Figura 50: planta estrutural
Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados

planta executiva

Planta que tem por finalidade ser um manual de instruções para pedreiros, empreiteiros e/ou quem quer que seja responsável pela construção da edificação. É o documento mais utilizado no canteiro de obras para que seja possível reproduzir em escala 1:1 o que foi projetado pelo arquiteto. Integra o **projeto executivo**.

Figura 51: planta executiva
Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados

portfólio

Reunião de documentos que visam demonstrar a produção de determinado arquiteto. Compõe esse documento coletivo, seu currículo, habilidades e principais projetos.

Termo(s) equivalente(s): portafolio (espanhol); portefeuille (francês); portfolio (inglês); portafoglio (italiano);

programa de necessidades

Documento textual que lista as necessidades e desejos apresentados pelo cliente ao arquiteto no início do **projeto arquitetônico**.

projeto arquitetônico

Reunião de documentos que busca descrever de maneira textual e iconográfica um empreendimento (construção, reforma ou demolição) a ser realizado. Um projeto possui diferentes fases e os documentos que o compõe vão se alterando conforme ele avança de fase ou conforme a demanda, seja ela legal ou prática.

Termo(s) equivalente(s): proyecto arquitectónico (espanhol); projet architectural (francês); architectural project (inglês); progetto architetonico (italiano);

projeto básico

Uma das fases iniciais do **projeto arquitetônico**, reúne documentos que tem como objetivo definir com precisão as características básicas do empreendimento o desempenho esperado na obra para que seja possível

estimar o custo e prazo de execução. É uma evolução do **anteprojeto**, à medida que adquire maior complexidade e nível de detalhes.

projeto de aprovação

Use: projeto legal.

projeto de compensação ambiental

Reunião de documentos textuais e iconográficos que tem como objetivo contrabalancear impactos ambientais que ocorram por acidente ou estejam previstos durante o processo de licenciamento ambiental. É um mecanismo obrigatório por lei que visa diminuir os danos causados ao meio ambiente pelos empreendimentos imobiliários ou de infraestrutura.

projeto de fundação

Use: projeto estrutural.

projeto de instalação elétrica

Reunião de documentos que buscam descrever de maneira textual e iconográfica como deve ser executada toda a instalação elétrica da edificação. Além da **planta de instalação elétrica**, conta com o **memorial descritivo** que especifica os dispositivos, marcas e modelos de todos os componentes elétricos da edificação.

projeto de instalação hidráulica

Reunião de documentos que buscam descrever de maneira textual e iconográfica como deve ser executada toda a instalação hidráulica da edificação. Além da **planta de instalação hidráulica**, conta com o **memorial descritivo** que especifica os dispositivos, marcas e modelos de todos os componentes hidráulicos da edificação.

projeto de paisagismo

Reunião de documentos que viabilizam de maneira textual e iconográfica a execução do paisagismo de determinada obra. Dependendo da complexidade do projeto de paisagismo ele poderá ser composto por: **projeto arquitetônico, projeto estrutural, projeto de instalação hidráulica e projeto de instalação elétrica.**

projeto de prevenção e combate a incêndios

Reunião de documentos que buscam descrever de maneira textual e iconográfica como deve ser executada a infraestrutura para a prevenção e combate a incêndios. Nele está prevista a instalação de extintores de incêndio, mangueiras e esguichos, abrigos de hidrantes e extintores, acessórios da casa de bombas, sistemas de sinalização e iluminação de emergência, alarme de incêndio e sirenes, serviços de serralheria, guarda-corpos e corrimãos, além de dispor de serviços de pintura de piso e posicionamento de tubulações de modo estratégico a fim de fornecer a proteção adequada a cada caso.

projeto de regularização

Reunião de documentos que buscam descrever de maneira textual e iconográfica uma obra que foi executada sem a licença prévia do município. Tem como objeto tornar legal o empreendimento.

Figura 52: projeto de regularização
Fonte: Estúdio+1

projeto estrutural

Reunião de documentos que buscam descrever de maneira textual e iconográfica o dimensionamento e detalhamento dos elementos estruturais, como pilares, vigas e lajes. Compõe o **projeto executivo**.

projeto executivo

Reunião de documentos que viabilizam de maneira textual e iconográfica a execução completa da obra. Nele, estão especificados os materiais e

componentes que serão usados na execução do projeto. Este é o documento que é enviado para o canteiro de obras.

projeto legal

Reunião de documentos que viabilizam de maneira textual e iconográfica a aprovação da obra pelo município. É indispensável para conseguir a autorização para o início da obra e para a emissão do **auto de conclusão de obra**. Contém informações relativas a área a ser construída, volumetria e outros aspectos técnicos.

Usado para: projeto de aprovação.

Figura 53: projeto legal produzido manualmente

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Pentead".
Processo 068 de 1947.

Figura 54: projeto legal produzido em software de computador
 Fonte: Kseib e Suniga Arquitetos Associados.

projeto modificativo

Reunião de documentos textuais e iconográficos que tem como objetivo fazer pequenas alterações no **projeto legal** anteriormente aprovado pela prefeitura.

Figura 55: projeto modificativo

Fonte: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Pentead”.
 Processo 014 de 1936.

projeto urbanístico

Reunião de documentos textuais e iconográficos que tem como objetivo viabilizar a execução de uma reestruturação na infraestrutura urbana.

quadro de áreas

Tabela que contém as áreas computáveis (áreas habitáveis) e não computáveis (áreas de obras complementares, como piscina e casa de máquinas). Nele são apresentados também os índices urbanísticos, como as taxas de ocupação e o coeficiente ou índice de aproveitamento. Integra o **projeto legal**.

rabisco

Use: esboço.

rascunho

Use: esboço.

registro de imóvel

Use: matrícula de registro de imóvel.

relatório de impacto ambiental

Exposição textual detalhada gerada após o Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

Tem como objetivo realizar a avaliação completa dos impactos ambientais significativos e indicar as medidas atenuadoras possíveis. Compõe o **anteprojeto**.

relatório de impacto de vizinhança

Exposição textual detalhada gerada após o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV). Tem como objetivo avaliar os efeitos socioculturais, econômicos e políticos na área em que se pretende construir. Compõe o **anteprojeto**.

EMPREENDIMENTO

“CASTELO BRANCO OFFICE PARK”

RELATÓRIO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (RIV)

14 | JANEIRO | 2019

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	5
1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	6
1.1. LOCALIZAÇÃO	6
1.2. PROJETO	8
1.3. OBRAS	13
1.4. OPERAÇÃO	16
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BARUERI	18
2.1. BARUERI E A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	18
2.2. MUNICÍPIO DE BARUERI	19
3. DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE VIZINHANÇA	30
3.1. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE VIZINHANÇA	30
3.2. LIMITES DO TERRENO	34
4. IMPACTOS	55
4.1. AÇÕES IMPACTANTES	55
5. CONCLUSÃO	56
5.1. MEDIDAS MITIGADORAS PROPOSTAS	57
REFERÊNCIAS	61

3. DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE VIZINHANÇA

3.1. DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE VIZINHANÇA

A abrangência da área é definida pelas delimitações imediata e mediata do entorno. Apresenta-se a planta do empreendimento inserida em imagem aérea com o viário do entorno.

Figura 12: Localização do empreendimento

LEGENDA:

— Sistema Viário
— Demarcação do lote

Fonte: Google Earth (2018)
Elaborado por: Estúdio+1

contato@estudioaisum.com
(+5511) 3231-1811

29

Foto 4: Empresa Atlas Copco Brasil na al. Araguaia.

Foto 5: Posto Ipiranga e Carrefour na al. Araguaia.

Foto 6: Entrada para o Shopping Tamboré na al. Araguaia.

Foto 7: Ibis Hotel e Office Shopping Tamboré na av. Marcos Penteado da Uihôa Rodrigues.

Foto 8: Tapumes do terreno do empreendimento na av. Sylvio Honório Penteado.

Foto 9: Entrada para o Shopping Tamboré na av. Piracema.

contato@estudioaisum.com
(+5511) 3231-1811

31

Figura 58: fragmento de um relatório de impacto de vizinhança
Fonte: Estúdio+1

relatório de sondagem do solo

Exposição textual detalhada e rigorosa que contém as informações obtidas após a sondagem do solo. Fornece ao projetista as informações necessárias sobre o solo. Compõe o **anteprojeto**.

relatório do método construtivo e materiais de acabamento

Use: memorial descritivo.

risco

Use: esboço.

secção

Use: corte.

título de propriedade

Termo comumente utilizado no século XIX e XX.

Use: matrícula de registro de imóvel.

topografia

Use: mapa topográfico.

vista

Use: elevação.

3.5. Índice por categorias

Espécies e tipos documentais

alçado		auto de conclusão	certificado de
alinhamento		de obra	mudança de uso
alvará	de	auto de	certificado de
alinhamento		regularização	regularização
alvará	de	auto de verificação	código de obras
aprovação		de segurança	código de
alvará	de	auto de vistoria do	posturas
construção		Corpo de	corte
alvará	de	Bombeiros	desenho-mestre
execução		caderno de	desenho-modelo
alvará de licença		encargos	detalhe
para residências		caderno de	diretrizes de
unifamiliares		esboço	projeto
alvará	de	caderno de	discriminação
nivelamento		especificações	técnica
alvará	de	técnicas	elevação
regularização		carta de data	escorço
ampliação		certificado de	escritura de
arruamento		acessibilidade	imóvel
auto	de	certificado de	esquema de
arruamento		conclusão de obra	circulação

estudo de	levantamento	perspectiva
viabilidade	planialtimétrico	plano
estudo econômico	lista de projetos	plano de
e financeiro	mapa	retalhamento da
estudo preliminar	mapa das	quadra em lotes
estudo	pranchas de	planta
volumétrico	projeto	planta de
fachada	mapa de	climatização
ficha técnica	zoneamento	planta de
ficha técnica de	mapa topográfico	cobertura
loteamento	maquete	planta de
fluxograma de	matrícula de	edificação
deslocamento	registro de imóvel	planta de
gráfico de	memorial	evacuação de
circulação	descritivo	área
guia de	memorial	planta de forro
especificação	justificativo	planta de
habite-se	modelo	fundação
icnografia	monteia	planta de
levantamento	neorama	implantação
altimétrico	nivelamento	planta de
levantamento	orthographia	instalação elétrica
arbóreo	parecer técnico	planta de
levantamento	perfil longitudinal	instalação
planimétrico	perfil transversal	hidráulica

planta de layout	planta executiva	relatório do
planta de locação	portfólio	método
planta de localização	programa de	construtivo e
	necessidades	materiais de
planta de loteamento	quadro de áreas	acabamento
	registro de imóvel	secção
planta de orientação	relatório de	título de
	impacto ambiental	propriedade
planta de paginação	relatório de	topografia
	impacto de	vista
pisos	vizinhança	
planta de situação	relatório de	
planta estrutural	sondagem do solo	

Fases de elaboração

anteprojeto	esboço	projeto de
boceto	esquiça	compensação
borrador	esquisso	ambiental
bosquejo	imprompto	projeto de
contraprojeto	madinatura	fundação
croqui	projeto	projeto de
debuxo	arquitetônico	instalação elétrica
delineamento	projeto básico	
esboceto		

projeto de	projeto de	rascunho
instalação	regularização	risco
hidráulica	projeto estrutural	
projeto de	projeto executivo	
paisagismo	projeto legal	
projeto de	projeto	
prevenção e	modificativo	
combate a	projeto urbanístico	
incêndios	rabisco	

Legislação

lei de	e ocupação do	lei do zoneamento
parcelamento, uso	solo	

Técnica de produção

desenho arquitetônico	fotogrametria
-----------------------	---------------

Técnica de reprodução

blue print	cianotipia	diazotipo
calco	ciografia	heliografia
calque	cópia heliográfica	

3.6. Lista de termos Espanhol-Português

alzado	elevação
bosquejo	esboço
certificado de accesibilidad	certificado de acessibilidade
cianotipia	cianotipia
cóрте	corte
cuaderno de bocetos	caderno de esboços
detalle	detalhe
diseño arquitectonico	desenho arquitetônico
esquiça	esboço
estudio preliminar	estudo preliminar
fachada	fachada
heliografia	heliografia
maqueta	maquete
plano	planta e mapa
plano topográfico	mapa topográfico
pliego de condiciones	caderno de encargos
portafolio	portfólio
proyecto arquitectónico	projeto arquitetônico
proyecto preliminar	projeto preliminar
título de propiedad	escritura de imóvel
opinion técnica	parecer técnico

3.7. Lista de termos Francês-Português

ante-project	anteprojeto
bauche	esboço
cahier des charges	caderno de encargos
carnet de croquis	caderno de esboço
carte	mapa
carte topographique	mapa topográfico
certificat d'accessibilité	certificado de acessibilidade
conception architecturale	desenho arquitetônico
conseils techniques	parecer técnico
coupe	corte
cyanotype	cianotipia
détail	detalhe
élevée	elevação
esquisse	croqui
étude préliminaire	estudo preliminar
façade	fachada
héliographie	heliografia
maquete	maquete
plan	planta
portefeuille	portfólio
projet architectural	projeto arquitetônico
titre de propriété	escritura de imóvel

3.8. Lista de termos Inglês-Português

a raised	elevação
accessibility certificate	certificado de acessibilidade
architectural design	desenho arquitetônico
architectural project	projeto arquitetônico
cross section/longitudinal section	corte
cyanotype	cianotipia
detail	detalhe
draft	esboço
front	fachada
heliography	heliografia
map	mapa
mockup	maquete
plant	planta
portfolio	portfólio
preliminary project	projeto preliminar
preliminary study	estudo preliminar
property deed	escritura de imóvel
schedule of conditions	caderno de encargos
sketch	esboço
sketchbook	caderno de esboço
technical advice	parecer técnico
topographic map	mapa topográfico

3.9. Lista de termos Italiano-Português

abbozzo	croqui
alzado	elevação
ante-proponimento	anteprojeto
atto di proprietà	escritura de imóvel
capitolato d'oneri	caderno de encargos
carta geográfica	mapa
carta topografica	mapa topográfica
certificato di accessibilità	certificado de acessibilidade
cianotipo	cianotipia
consiglio técnico	parecer técnico
dettaglio	detalhe
eliografia	heliografia
facciata	fachada
modelo	maquete
piano	planta
portafoglio	portfólio
progettazione architettonica	desenho arquitetônico
progetto architettonico	projeto arquitetônico
quaderni di schizzi	caderno de esboço
schema	esboço
studio preliminare	estudo preliminar

4. À GUIZA DE CONCLUSÃO

Nosso objetivo principal neste trabalho foi elaborar um glossário de espécies e tipos documentais gerados no âmbito da construção civil. Durante o percurso para atingir esse resultado, encontramos algumas questões que consideramos importantes destacar.

Em primeiro lugar, que os documentos gerados no âmbito da construção são veículos informacionais produtos das práticas sociais de seu tempo e vinculadas a um contexto. A produção destes documentos obedece à legislação vigente em cada período, sendo que os mais antigos possuem padrões muito mais flexíveis do que os documentos que são apresentados para a aprovação de reformas ou construções hoje.

A concepção de práticas documentárias desenvolvida por Frohmann (2012) possibilita reconhecer estes documentos como registros de uma realidade socialmente construída. Nesse sentido, eles foram produzidos para viabilizar ações ou atividades regulamentadas, vinculadas a um determinado período histórico e que sofrem desde a sua produção, mediação e difusão o impacto dos contextos que regem a vida em sociedade.

No que concerne à reflexão que buscamos suscitar em torno da identificação da tipologia documental como forma de organização de documentos arquitetônicos, chegamos à conclusão de que este é um trabalho que não se encerra aqui, uma vez que identificamos neste estudo os documentos produzidos com as ferramentas tecnológicas que possuímos hoje. Temos consciência de que a produção documental, tanto da área estudada quanto de outras áreas, passa por mudanças significativas ao longo tempo. Essas

mudanças acontecem tanto por questões legais, quanto por transformações tecnológicas.

Observamos grandes mudanças nas técnicas de representação dos documentos produzidos manualmente pelo ser humano e aqueles produzidos após o advento do computador e do sistema CAD, e percebemos o quanto a legislação se sofisticou para se adequar a estas mudanças. Hoje temos novas tecnologias que paulatinamente vêm ganhando espaço dentro da área, como a contida no BIM. Segundo Maria (2009, p. 6)

Na Arquitetura, Engenharia e Construção, o CAD está evoluindo para o BIM (Building Information Modeling), uma forma de projetar, construir e gerenciar, da concepção ao habite-se, aplicável a todo o ciclo de vida da edificação. Dessa forma houve não só uma redução no tempo de projeto e construção, mas também em custos e impactos ambientais previstos em normas internacionais incorporadas ao BIM.

Percebemos através da citação as grandes vantagens oferecidas por essa inovação e temos consciência de que ela e outras vão transformar mais uma vez os documentos e suas formas de representação ao longo da história.

Gostaríamos de deixar registrado aqui também os desafios enfrentados na construção desse trabalho. O primeiro deles foi a especificidade dos documentos da construção civil. Como apontado na introdução, esses documentos são em sua maior parte iconográficos, exigindo o domínio dessa linguagem para compreender, tratar e identificar essa documentação.

Outro desafio a ser tratado diz respeito às divergências existentes entre as legislações de diferentes localidades, entre as obras de referência consultadas – dicionários, glossários, tesouros, normas técnicas – e entre as leis e os livros técnicos. Há uma grande diversidade de tipos e espécies compiladas em nossas fontes, porém existe na mesma medida muita indefinição e

duplicidade. Precisamos de muitas horas de trabalho para classificar corretamente cada espécie e tipo escolhido para compor nosso glossário.

Refletindo sobre tudo o que foi levantado aqui, concluímos por fim que estamos diante de um novo desafio na área. Passamos agora por um momento de transição em que muitos documentos físicos que foram preservados exatamente por sua materialidade, podem deixar de existir em nosso meio virtual, uma vez que as diferentes versões de um mesmo projeto são muitas vezes sobrepostas umas às outras.

Ainda não é possível prever se existirão novos tipos e espécies documentais gerados pela mudança tecnológica que nos levarão à complementação desse trabalho. Hoje, sabemos que nosso instrumento auxiliará na constituição dos arquivos que guardam os documentos físicos e seus correspondentes virtuais já existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referência bibliográfica geral

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. São Paulo: Vicente Wissenbach, 1998.

AMÁ, Roberto; CAMBIAGHI, Henrique. **Manual de escopo de projetos e serviços de arquitetura e urbanismo**. S.l.: Virtual Books, s.d. Disponível em: <http://www.manuaisdeescopo.com.br/Manuais/2012/11/14/Projetos-e-Servicos-de-Arquitetura-e-Urbanismo>. Acesso em 20/01/2018.

ANDRADE, Ana Célia Navarro de. **Dicionário de forma e reprodução de documentos**. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. **Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras**. Tese apresentada à Congregação da Escola Politécnica da USP para o concurso de cátedra nº12. São Paulo, 1966.

ANDRADE, R. S. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o projeto Archives Hub. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 70-100, jul./ dez. 2007. Disponível em: Acesso em: 01 jan. 2021.

ARCHIVES NATIONALES DU QUÉBEC. **Guide de gestion des archives des bureaux d'architectes**. Québec: Ordre des Architectes du Québec, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13531**: Elaboração de projetos de edificações - Atividades técnicas. Rio de Janeiro, 1995.

_____. **NBR 13532**: Elaboração de projetos de edificações - arquitetura. Rio de Janeiro, 1995.

_____. **NBR 6492**: representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, 1994.

_____. **NBR 10582**: Apresentação da folha para desenho técnico. Rio de Janeiro, 1988.

_____. **NBR 10068**: folha de desenho – leiaute e dimensões. Rio de Janeiro, 1987.

_____. **NBR 5679**: Elaboração de projetos de obras de engenharia e arquitetura. Rio de Janeiro, 1977.

_____. **NBR 5679**: Elaboração de projetos de obras de engenharia. Rio de Janeiro, 1972.

BARBOSA, Alessandra Andrade França. **Dicionário ilustrado de conservação de documentos gráficos**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. As espécies documentais. In: - **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

_____. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

_____. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Descrição sumária: solução de acesso. Arquivo. **Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 65-71, jul./dez. 1988.

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

_____. Glossário das espécies documentais. In: **Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo** catálogo 1. São Paulo: Fapesp, 2000.

BERNARDES, Ieda Pimenta. (org.). **Aplicação do plano de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-meio**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 72 p.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento da população do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872**: v. 6, pt. 1. Rio de Janeiro, RJ: Typ. G. Leuzinger, 1873-1876. 445 p., 35 cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or172868a/or172868a.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro, RJ: Oficina da Estatística, 1898. 133p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25490.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

_____. Diretoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900 = Precis du recensement 31 decembro 1900 / Directoria Geral de Estatistica**. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Estatística, 1905. 106p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos não falam. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (org.). **Arquivos pessoais e cultura**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 11-13.

_____. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 26-39, julho –dezembro 2009.

_____. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

_____. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. In: SEMINÁRIO Serviços de Informação em Museus, 1, 2010. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, p. 157-165.

_____. BELLOTTO, Heloísa Liberalli; (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. 3. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2012.

_____; GOULART, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Sesc Edições, 2015.

_____; _____. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Recortes de jornal: da prática social aos arquivos**. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

CARDOSO, Pedro Luis Lorenzo e Vivas Moreno, Augustin. La edición de documentos históricos: terminología de ciencias históricas. In: **Lecciones de Arquivística General y Documentación del Patrimonio Histórico**. Extremadura: Universidad de Extremadura, 2004.

CHING, Francis D. K. **Dicionário visual de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. **Manuel de traitement des archives d'architecture: XIX^e-XX^e siècles**. Paris: Conseil international des Archives, 2000.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Edart, 1989.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Atributos del documento. In: **Manual de archivos municipales**. Madrid: Anabad, 1983. p. 46-60.

_____. La forma de los documentos: la tradición documental. In: **La escritura y lo escrito: paleografía y diplomática de los siglos XVI, XVII y XVIII**. Madrid: Ministerio de Cultura, 1986. p. 51-54.

_____. La génesis documental. In: **La escritura y lo escrito: paleografía y diplomática de los siglos XVI, XVII y XVIII**. Madrid: Ministerio de Cultura, 1986. p. 28-31.

_____. Nuestro modelo de análisis documental. **Boletín de Anabad**, Madrid, t. 36, n. 3, p. 419-434, 1986.

CRUCES BLANCO, Esther. El necesario conocimiento de cómo los documentos de arquitectura y de ingeniería han sido producidos a lo largo del tiempo: una base de datos de normativa. **Comma**, Paris, 2009.

_____. Normas y disposiciones para el conocimiento de los archivos de arquitectura e ingeniería. **Actas del I Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura**. Madrid, 2005. p. 75-113.

_____. Obras públicas e industrias documentadas: instituciones y guía de fuentes de los documentos conservados en el Archivo Histórico Provincial de Málaga. *Jornadas Andaluzas de Patrimonio Industrial y de la Obra Pública*, 1, Sevilla, 25-27 nov. 2010.

Dar nome aos documentos: da teoria à prática. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

DELMAS, Bruno. Manifeste pour une diplomatie contemporaine: des documents institutionnels à l'information organisée. **Gazette des Archives**, Paris, n. 172, p. 49-70, 1996.

_____. Manifesto por uma diplomática contemporânea. In: **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010, p. 125-182.

DOCUMENTO básico: normas para elaboração de projetos de edificações – arquitetura – Procedimento. **Revista Projeto**, São Paulo, n. 125, set. 1989.

DURANTI, Luciana. FRANKS, Patricia C. (Ed.) **Encyclopedia of Archival Science**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2015.

FERNEDA, Edberto; GAMA, Fernando Alves. A mediação da informação nos arquivos permanentes: serviços de referência arquivística no ambiente digital. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 148-169, dez. 2010. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7352>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. **A edificação residencial urbana paulista**. Estudo de caso - Rio Claro, 1936-1960. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Higiene e habitação:** o controle da atividade edificativa em Campinas: 1880-1934. Tese (Doutorado). São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

FREITAS JÚNIOR, Roberto de Gouveia e. **Legislação e ocupação urbana em lotes privados no centro de São Paulo no século XX**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2008.

FROHMANN, B. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, ano 9, n.14, p. 227-249, 2012.

FUNDAÇÃO Fernando Henrique Cardoso. **Glossário de atividades e eventos**. São Paulo: Fundação FHC, 2018. Disponível em: <http://acervo.ifhc.org.br:8081//doctos_apoio/2/gloss%C3%A1rio_atividades_eventos_08_2018.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

GARCÍA RUIPÉREZ, Mariano. **Tipología, series documentales, cuadros de clasificación: cuestiones metodológicas y prácticas**. Las Palmas de Gran Canaria: Anroart, 2007.

GRUPO de Trabajo de Archiveros Municipales de Madrid. **Manual de tipología documental de los municipios**. Madrid: Consejería de Cultura, s.d. (Estudios, 2).

HARRIS, Verne. Law, Evidence and Electronic Records: Strategic Perspective from the Global Periphery. **South African Archives Journal**, v. 41, p. 3-19, 1999.

_____. **“Seeing (in) Blindness: South Africa, Archives and Passion for Justice”**, draft essay for presentation to New Zealand archivists (August 2001). Disponível em: https://scnc.ukzn.ac.za/doc/LibArchMus/Arch/Harris_V_Freedom_of_Information_in_SA_Archives_for_justice.pdf. Acesso em 05 jan. 2021.

HERRERA, Antonia Heredia. En torno al tipo documental. **Boletín de ANABAD**, Madrid, 56 (3), p.13-36, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Glossário cartográfico**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm/>. Acesso em: 16 jan. 2019.

KAPLAN, Elisabeth. “Muitos caminhos para verdades parciais”: arquivos, antropologia e o poder da representação. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

LATOUR, Bruno; STOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção de fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MARIA, Mônica Mendonça. **Tecnologia BIM na arquitetura**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

MARINI, Enéas. **Diccionario da Nomenclatura Technologica do Constructor**. São Paulo: Domingos Urruselqui, 1925.

MURGUIA, Eduardo. Documento e Instituição: produção, diversidade e verdade. In: FREITAS, Lídia S.; MARCONDES, Carlos H.; RODRIGUES, Ana Célia (orgs.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Vol. 1. Niterói: EdUFF, 2010.

NOÉ, P. O SIPA – SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO – EM PORTUGAL. **Revista CPC**, n. esp21, p. 67-98, 29 jul. 2016.

RIO CLARO. **Código de Posturas do Município de Rio Claro, de 1867**.

_____. **Código de Posturas do Município de Rio Claro, de 18 de junho de 1884**.

_____. **Código de Posturas do Município de Rio Claro, de 26 de junho de 1893**.

_____. **Código de Obras do Município de Rio Claro, de 15 de julho de 1918**.

_____. Lei nº 343, de 25 de setembro de 1954. **Dispõe sobre a planta-padrão**.

RODRIGUES, Ana Célia. Da abordagem clássica da diplomática à moderna tipologia: a trajetória de um referencial metodológico para a identificação de documento de arquivo. In: **Paleografia e diplomática no Curso de Arquivologia**. Santa Maria: Facos, 2007. p. 177-197.

_____. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Identificação de tipologia documental: metodologia para gestão de documentos e arquivos. In: **Os documentos em seu contexto funcional: da análise diplomática à tipológica**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2018. (no prelo)

_____. C. 2010. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: **Documento: gênese e contexto de uso**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 185-192.

RODRIGUES, Francisco de Assis. **Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

RODRÍQUEZ BRAVO, Blanca. **El documento: entre la tradición y la renovación**. Gijón: Ediciones TREA, 2002.

ROLNIK, R. **Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936)**. Disponível em: <http://www2.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0278/Bibliografia_complementar_Geral/Rolnik,_R._para_Alem_da_Lei_Legislacao_Urbanistica_e_Cidadania.pdf>. Acesso em: 10. dez. 2018.

RUBIM, Braz da Costa. **Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito Impressor da Casa Imperial, 1853.

SÃO PAULO (Estado). Repartição de Estatística e Arquivo do Estado. **Anuario Estatístico de São Paulo**. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 1935. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/biblioteca/digital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011084&parte=1>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

SÃO PAULO (Província). Resolução nº 93, de 14 de maio de 1873. **Manda publicar e executar 205 artigos de posturas da Câmara Municipal desta Capital**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=140997>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. Resolução nº 62, de 31 de maio de 1875. **Manda publicar e executar o Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=140869>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. **Código de Posturas do Município de São Paulo, de 06 de outubro de 1886**. Disponível em: <https://archive.org/stream/CodigoDePosturasDoMunicipioDeSaoPaulo1886/cod_post_1886_djvu.txt>. Acesso em: 01 dez. 2018.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 4.327, de 19 de novembro de 1929. **Código de Obras Arthur Saboya**. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/l_eis/L3427.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. Ato nº 663, de 10 de agosto de 1934. **Aprova a consolidação do Código de Obras Arthur Saboya**, (Lei nº 4327, de 19 de novembro de 1929) abrangendo todas as disposições constantes de leis e atos em vigor nesta data,

referentes a construções, arruamentos, etc. **Diário Oficial**, São Paulo, 10 ago. 1934, fl. 1.

_____. Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975. **Aprova o Código de Edificações, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L8266.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992. **Dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações, dentro dos limites dos imóveis; revoga a Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, com as alterações adotadas por leis posteriores, e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/upload/pinheiros/arquivos/COE_1253646799.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. Lei nº 16.642, de 09 de maio de 2017. **Aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo; introduz alterações nas Leis nº 15.150, de 6 de maio de 2010, e nº 15.764, de 27 de maio de 2013.** Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L16642.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

SIMON, Andreu Carrascal; TORT, Rosa Maria Gil. **Los documentos de arquitectura y cartografía: qué son y cómo se tratan.** Espanha: Ediciones Trea, 2007.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Vocabulário controlado e controle de vocabulário em arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 46-56, set./dez. 2018.

_____; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

TRUST, Paul Getty. **Introdução aos vocabulários controlados:** terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais. Trad. Christina Maria Müller. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Pinacoteca: ACAM Portinari, 2016.

TSUKUMO, Taís Jamra. O desenho de obra: relação entre os processos de projeto e de construção. In: LOPES, João Marco; Lira, José. (org.). **Memória, trabalho e arquitetura.** São Paulo: EDUSP, 2013.

VÁZQUEZ MURILLO, Manuel. **Estudio del carácter original de los documentos.** Córdoba, Argentina: Dirección General de Publicaciones, 1988.

_____. Reflexiones sobre el “tipo documental”. In: **De archivos y archivistas: homenaje a Aurelio Tanodi**. Washington: Organización de los Estados Americanos, 1987. p. 177-185.

VIANA, Cláudio Muniz. **Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de arquivos de arquitetura**. Dissertação (Mestrado). Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, 2012.

VIEIRA, João. **Documentos e arquivos de arquitetura: princípios, estratégias, metodologias e instrumentos de gestão**. Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2010.

YEO, Geoffrey. ‘Nothing is the same as something else’: significant properties and notions of identity and originality. **Archival Science**, v. 10, n. 2, p. 85-116, 2010.

ZYLBERKAN, Mariana. Projeto de viaduto some, e prefeitura recorre a acervos e até a viúva de engenheiro. **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/projeto-de-viaduto-some-e-pre-feitura-recorre-a-acervos-e-ate-a-viuv-a-de-engenheiro.shtml>. Acesso em: 25 nov. 2019.

Referência bibliográfica classificada

Arquitetura

ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. **Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras**. Tese apresentada à Congregação da Escola Politécnica da USP para o concurso de cátedra nº12. São Paulo, 1966.

FERREIRA, Monica Cristina Brunini Frandi. **A edificação residencial urbana paulista**. Estudo de caso - Rio Claro, 1936-1960. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Higiene e habitação: o controle da atividade edificativa em Campinas: 1880-1934**. Tese (Doutorado). São Carlos: Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

FREITAS JÚNIOR, Roberto de Gouveia e. **Legislação e ocupação urbana em lotes privados no centro de São Paulo no século XX**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2008.

MARIA, Mônica Mendonça. **Tecnologia BIM na arquitetura**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

ROLNIK, R. **Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936)**. Disponível em: <http://www2.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0278/Bibliografia_complementar_Geral/Rolnik,R._para_Alem_da_Lei_Legislacao_Urbanistica_e_Cidadania.pdf>. Acesso em: 10. dez. 2018.

SIMON, Andreu Carrascal; TORT, Rosa Maria Gil. **Los documentos de arquitectura y cartografia: qué son y cómo se tratan**. Espanha: Ediciones Trea, 2007.

TSUKUMO, Taís Jamra. O desenho de obra: relação entre os processos de projeto e de construção. In: LOPES, João Marco; Lira, José. (org.). **Memória, trabalho e arquitetura**. São Paulo: EDUSP, 2013.

VIANA, Cláudio Muniz. **Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de arquivos de arquitetura**. Dissertação (Mestrado). Niterói: Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, 2012.

VIEIRA, João. **Documentos e arquivos de arquitetura**: princípios, estratégias, metodologias e instrumentos de gestão. Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2010.

Arquivologia e Ciência da Informação

ANDRADE, R. S. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o projeto Archives Hub. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 2, p. 70-100, jul./ dez. 2007. Disponível em: Acesso em: 01 jan. 2021.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. As espécies documentais. In: - **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

_____. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

_____. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Descrição sumária: solução de acesso. Arquivo. **Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 65-71, jul./dez. 1988.

_____. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

BERNARDES, Ieda Pimenta. (org.). **Aplicação do plano de classificação e tabelas de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-meio**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 72 p.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos não falam. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; VASCONCELLOS, Eliane (org.). **Arquivos pessoais e cultura**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 11-13.

_____. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 26-39, julho –dezembro 2009.

_____. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

_____. Objetos em arquivos: algumas reflexões sobre gênero documental. In: SEMINÁRIO Serviços de Informação em Museus, 1, 2010. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011, p. 157-165.

_____; GOULART, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Sesc Edições, 2015.

_____; _____. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Recortes de jornal:** da prática social aos arquivos. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2018.

CARDOSO, Pedro Luis Lorenzo e Vivas Moreno, Augustin. La edición de documentos históricos: terminología de ciencias históricas. In: **Lecciones de Arquivística General y Documentación del Patrimonio Histórico**. Extremadura: Universidad de Extremadura, 2004.

_____. La forma de los documentos: la tradición documental. In: **La escritura y lo escrito:** paleografía y diplomática de los siglos XVI, XVII y XVIII. Madrid: Ministerio de Cultura, 1986. p. 51-54.

_____. La génesis documental. In: **La escritura y lo escrito:** paleografía y diplomática de los siglos XVI, XVII y XVIII. Madrid: Ministerio de Cultura, 1986. p. 28-31.

_____. Nuestro modelo de análisis documental. **Boletín de Anabad**, Madrid, t. 36, n. 3, p. 419-434, 1986.

CRUCES BLANCO, Esther. El necesario conocimiento de cómo los documentos de arquitectura y de ingeniería han sido producidos a lo largo del tiempo: una base de datos de normativa. **Comma**, Paris, 2009.

_____. Normas y disposiciones para el conocimiento de los archivos de arquitectura e ingeniería. **Actas del I Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura**. Madrid, 2005. p. 75-113.

_____. Obras públicas e industrias documentadas: instituciones y guía de fuentes de los documentos conservados en el Archivo Histórico Provincial de Málaga. *Jornadas Andaluzas de Patrimonio Industrial y de la Obra Pública*, 1, Sevilla, 25-27 nov. 2010.

Dar nome aos documentos: da teoria à prática. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

DELMAS, Bruno. Manifeste pour une diplomatie contemporaine: des documents institutionnels à l'information organisée. **Gazette des Archives**, Paris, n. 172, p. 49-70, 1996.

_____. Manifesto por uma diplomática contemporânea. In: **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010, p. 125-182.

FERNEDA, Edberto; GAMA, Fernando Alves. A mediação da informação nos arquivos permanentes: serviços de referência arquivística no ambiente digital. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 148-169, dez. 2010. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7352>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

FROHMANN, B. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus: Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, ano 9, n.14, p. 227-249, 2012.

GRUPO de Trabajo de Archiveros Municipales de Madrid. **Manual de tipología documental de los municipios**. Madrid: Consejería de Cultura, s.d. (Estudios, 2).

HARRIS, Verne. Law, Evidence and Electronic Records: Strategic Perspective from the Global Periphery. **South African Archives Journal**, v. 41, p. 3-19, 1999.

_____. **“Seeing (in) Blindness: South Africa, Archives and Passion for Justice”**, draft essay for presentation to New Zealand archivists (August 2001). Disponível em: https://scnc.ukzn.ac.za/doc/LibArchMus/Arch/Harris_V_Freedom_of_Information_in_SA_Archives_for_justice.pdf. Acesso em 05 jan. 2021.

HERRERA, Antonia Heredia. En torno al tipo documental. **Boletín de ANABAD**, Madrid, 56 (3), p.13-36, 2006.

KAPLAN, Elisabeth. “Muitos caminhos para verdades parciais”: arquivos, antropologia e o poder da representação. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

LATOUR, Bruno; STOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção de fatos científicos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MURGUIA, Eduardo. Documento e Instituição: produção, diversidade e verdade. In: FREITAS, Lídia S.; MARCONDES, Carlos H.; RODRIGUES, Ana Célia (orgs.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Vol. 1. Niterói: EdUFF, 2010.

NOÉ, P. O SIPA – SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO – EM PORTUGAL. **Revista CPC**, n. esp21, p. 67-98, 29 jul. 2016.

RODRIGUES, Ana Célia. Da abordagem clássica da diplomática à moderna tipologia: a trajetória de um referencial metodológico para a identificação de documento de arquivo. In: **Paleografia e diplomática no Curso de Arquivologia**. Santa Maria: Facos, 2007. p. 177-197.

_____. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Identificação de tipologia documental: metodologia para gestão de documentos e arquivos. In: **Os documentos em seu contexto funcional: da análise diplomática à tipológica**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2018. (no prelo)

_____. C. 2010. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: **Documento: gênese e contexto de uso**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 185-192.

RODRÍQUEZ BRAVO, Blanca. **El documento: entre la tradición y la renovación**. Gijón: Ediciones TREA, 2002.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Vocabulário controlado e controle de vocabulário em arquivos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 46-56, set./dez. 2018.

_____; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

TRUST, Paul Getty. **Introdução aos vocabulários controlados: terminologia para arte, arquitetura e outras obras culturais**. Trad. Christina Maria Müller. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura: Pinacoteca: ACAM Portinari, 2016.

VÁZQUEZ MURILLO, Manuel. **Estudio del carácter original de los documentos**. Córdoba, Argentina: Dirección General de Publicaciones, 1988.

_____. Reflexiones sobre el “tipo documental”. In: **De archivos y archivistas: homenaje a Aurelio Tanodi**. Washington: Organización de los Estados Americanos, 1987. p. 177-185.

YEO, Geoffrey. ‘Nothing is the same as something else’: significant properties and notions of identity and originality. **Archival Science**, v. 10, n. 2, p. 85-116, 2010.

Dicionários, glossários e manuais

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. São Paulo: Vicente Wissenbach, 1998.

AMÁ, Roberto; CAMBIAGHI, Henrique. **Manual de escopo de projetos e serviços de arquitetura e urbanismo**. S.l.: Virtual Books, s.d. Disponível em: <http://www.manuaisdeescopo.com.br/Manuais/2012/11/14/Projetos-e-Servicos-de-Arquitetura-e-Urbanismo>. Acesso em 20/01/2018.

ANDRADE, Ana Célia Navarro de. **Dicionário de forma e reprodução de documentos**. Tese (Doutorado). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2019.

ARCHIVES NATIONALES DU QUÉBEC. **Guide de gestion des archives des bureaux d'architectes**. Québec: Ordre des Architectes du Québec, 2005.

BARBOSA, Alessandra Andrade França. **Dicionário ilustrado de conservação de documentos gráficos**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Glossário das espécies documentais. In: **Documentos manuscritos avulsos da capitania de São Paulo** catálogo 1. São Paulo: Fapesp, 2000.

_____. CAMARGO, Ana Maria de Almeida; (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. 3. ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2012.

CHING, Francis D. K. **Dicionário visual de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CONSEIL INTERNATIONAL DES ARCHIVES. **Manuel de traitement des archives d'architecture**: XIX^e-XX^e siècles. Paris: Conseil international des Archives, 2000.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Edart, 1989.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Atributos del documento. In: **Manual de archivos municipales**. Madrid: Anabad, 1983. p. 46-60.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DOCUMENTO básico: normas para elaboração de projetos de edificações – arquitetura – Procedimento. **Revista Projeto**, São Paulo, n. 125, set. 1989.

DURANTI, Luciana. FRANKS, Patricia C. (Ed.) **Encyclopedia of Archival Science**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2015.

FUNDAÇÃO Fernando Henrique Cardoso. **Glossário de atividades e eventos**. São Paulo: Fundação FHC, 2018. Disponível em: <http://acervo.ifhc.org.br:8081//doctos_apoio/2/gloss%C3%A1rio_atividades_eventos_08_2018.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Glossário cartográfico**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm/>. Acesso em: 16 jan. 2019.

MARINI, Enéas. **Diccionario da Nomenclatura Technologica do Constructor**. São Paulo: Domingos Urruselqui, 1925.

RODRIGUES, Francisco de Assis. **Diccionario Technico e Historico de Pintura, Esculptura, Architectura**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.

RUBIM, Braz da Costa. **Vocabulario brasileiro para servir de complemento aos diccionarios da lingua portugueza**. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de Paula Brito Impressor da Casa Imperial, 1853.

Legislação e normas técnicas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 13531**: Elaboração de projetos de edificações - Atividades técnicas. Rio de Janeiro, 1995.

_____. **NBR 13532**: Elaboração de projetos de edificações - arquitetura. Rio de Janeiro, 1995.

_____. **NBR 6492**: representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, 1994.

_____. **NBR 10582**: Apresentação da folha para desenho técnico. Rio de Janeiro, 1988.

_____. **NBR 10068**: folha de desenho – leiaute e dimensões. Rio de Janeiro, 1987.

_____. **NBR 5679**: Elaboração de projetos de obras de engenharia e arquitetura. Rio de Janeiro, 1977.

_____. **NBR 5679**: Elaboração de projetos de obras de engenharia. Rio de Janeiro, 1972.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento da população do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872**: v. 6, pt. 1. Rio de Janeiro, RJ: Typ. G. Leuzinger, 1873-1876. 445 p., 35 cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or172868a/or172868a.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2018.

_____. Directoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro, RJ: Officina da Estatística, 1898. 133p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25490.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

_____. Directoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900 = Precis du recensement 31 decembre 1900 / Directoria Geral de Estatistica**. Rio de Janeiro, RJ: Typ. da Estatística, 1905. 106p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

RIO CLARO. **Código de Posturas do Município de Rio Claro, de 1867**.

_____. **Código de Posturas do Município de Rio Claro, de 18 de junho de 1884**.

_____. **Código de Posturas do Município de Rio Claro, de 26 de junho de 1893**.

_____. **Código de Obras do Município de Rio Claro, de 15 de julho de 1918.**

_____. Lei nº 343, de 25 de setembro de 1954. **Dispõe sobre a planta-padrão.**

SÃO PAULO (Estado). Repartição de Estatística e Arquivo do Estado. **Anuario Estatístico de São Paulo.** São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 1935. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/biblioteca/digital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011084&parte=1>>. Acesso em: 05 dez. 2018.

SÃO PAULO (Província). Resolução nº 93, de 14 de maio de 1873. **Manda publicar e executar 205 artigos de posturas da Câmara Municipal desta Capital.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=140997>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. Resolução nº 62, de 31 de maio de 1875. **Manda publicar e executar o Código de Posturas da Câmara Municipal da Capital.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=140869>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. **Código de Posturas do Município de São Paulo, de 06 de outubro de 1886.** Disponível em: <https://archive.org/stream/CodigoDePosturasDoMunicipioDeSaoPaulo1886/cod_post_1886_djvu.txt>. Acesso em: 01 dez. 2018.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 4.327, de 19 de novembro de 1929. **Código de Obras Arthur Saboya.** Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L3427.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. Ato nº 663, de 10 de agosto de 1934. **Aprova a consolidação do Código de Obras Arthur Saboya,** (Lei nº 4327, de 19 de novembro de 1929) abrangendo todas as disposições constantes de leis e atos em vigor nesta data, referentes a construções, arruamentos, etc. **Diário Oficial,** São Paulo, 10 ago. 1934, fl. 1.

_____. Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975. **Aprova o Código de Edificações, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L8266.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. Lei nº 11.228, de 25 de junho de 1992. **Dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações, dentro dos limites dos imóveis; revoga a Lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, com as alterações adotadas por leis posteriores, e dá outras providências.** Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/upload/pinheiros/arquivos/COE_1253646799.pdf>.
Acesso em: 01 dez. 2018.

_____. Lei nº 16.642, de 09 de maio de 2017. **Aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo; introduz alterações nas Leis nº 15.150, de 6 de maio de 2010, e nº 15.764, de 27 de maio de 2013.** Disponível em: <<http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L16642.pdf>>.
Acesso em: 01 dez. 2018.